

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem sido considerável o número de imigrantes que ingressaram no Brasil em busca de trabalho. No Norte do Rio Grande do Sul, cidades como Passo Fundo, Getúlio Vargas, Marau, Nova Araçá, Gaurama e Erechim são alvos da imigração de negros vindos do continente africano e do Haiti. Nessa região, onde a absoluta maioria da população é descendente de imigrantes europeus, a presença de negros é imediatamente percebida e as reações sociais são as mais diversas. Dentro do universo de imigrantes que adentram o país e do conjunto de cidades procuradas por eles, este estudo focará atenção nos senegaleses presentes na cidade de Erechim.

A escolha do tema remete a um compromisso pessoal assumido enquanto acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul, de constantemente dialogar com as demandas apresentadas pela região na qual a instituição encontra-se inserida. Cremos que debater o assunto no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma forma de fazer com que a universidade se atente à referida realidade, não só procurando compreendê-la cientificamente, como também propondo ações concretas para atender as demandas que dela emergem. Além disso, essa opção está diretamente vinculada às raízes étnicas e sociais que carrego, tornando assim a reflexão ainda mais significativa.

O trabalho é realizado no contexto de uma universidade que se pretende pública e popular, o que amplia a responsabilidade da instituição com os que historicamente foram invisibilizados. Anísio Teixeira, teórico da filosofia da educação e eminente educador brasileiro, que desenvolveu o conceito de *universidade popular*, defendia a educação como importante meio de inclusão social e de emancipação política. Portanto, analisar uma temática como a da imigração de africanos em situação de exclusão é, antes de tudo, fazer jus ao projeto assumido pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

Temos consciência de que o assunto envolve um conjunto de questões e permite abordagens sob as mais diferentes áreas do conhecimento, seja da cultura, da política, da história, da economia, da antropologia, etc. Porém, neste trabalho optamos por fazer um recorte histórico-crítico por dentro da Pedagogia Social e das perspectivas sociológicas do

fenômeno. Entendemos que há estreita pertinência do tema com esses campos, uma vez tomados desde um ângulo alargado. Em particular, a Pedagogia Social tem como base teórico-prática a Educação Popular, não se restringindo aos espaços escolares nem às estruturas hierarquicamente constituídas.

De acordo com José Antonio Caride Gómez, a Pedagogia Social possui um importante papel no sentido de contribuir para o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos diante das complexas realidades atuais.

La Pedagogía Social, a la que habitualmente identificamos como la ciencia pedagógica que tiene por objeto de estudio la Educación Social, acredita una larga trayectoria histórica, cuyos inicios se remiten a los últimos años del siglo XIX en Alemania. Desde entonces, tanto en sus teorías como en sus prácticas, no ha dejado de insistir en la vocación cotidiana de sus realizaciones con un doble propósito: de un lado, dar respuesta a las complejas y cambiantes necesidades sociales de las personas y a su condición ciudadana, como sujetos de derechos; de otro, poner en valor las potencialidades educativas de la sociedad, reconociendo las múltiples oportunidades que los contextos sociales habilitan para un mejor desarrollo individual y colectivo. En esta perspectiva, los argumentos centrales [...] ponen de relieve el importante papel que la Pedagogía Social y la Educación Social pueden desempeñar en la construcción de una ciudadanía global-local alternativa, considerando los distintos ámbitos de actuación en los que se proyectan sus prácticas pedagógicas y sociales (GÓMEZ 2009, p. 449).

Outra referência destacada nessa análise é o educador Paulo Freire. Ao longo de toda sua obra, enfatizou que o objeto e a preocupação central da Pedagogia e da Educação são a emancipação e a humanização dos *oprimidos*<sup>1</sup>.

Os senegaleses que migram atualmente para os mais diversos países e regiões – incluindo, em particular, o Norte do Rio Grande do Sul – em busca de trabalho e outros direitos, figuram, de algum ou de vários modos, como oprimidos, segundo a concepção freireana. Porém, se por um lado, tais atores sociais sofrem uma ação de ordem socioeconômica e política que influencia ou força a sua migração, por outro lado, é preciso vê-los como protagonistas de sua história, de sua organização e de sua luta por uma vida com dignidade. Sob essa ótica ambivalente, é possível identificar e analisar um conjunto de relações socioculturais.

---

<sup>1</sup>. Paulo Freire utiliza o conceito “oprimido” em sentido amplo, referindo-se aos que são explorados pelo sistema de produção capitalista por meio de sua mão-de-obra. Emprega o mesmo termo em sentido mais específico para referir o sistema escolar onde podem ser reproduzidas relações de opressão por meio do currículo, dos métodos de ensino e de avaliação, etc. No livro *Pedagogia do Oprimido*, Freire critica o modelo de educação caracterizada por ele como “bancária” e “domesticadora”. Para o autor, a educação se dá nos mais variados espaços, não se restringindo ao contexto escolar.

Várias perguntas e inquietações estimularam o presente estudo. Entre elas: Estariam, os senegaleses, sofrendo processos de colonialismo em seus novos (atuais) ambientes de vida e trabalho? Se sim, em que sentido, em que circunstâncias e com que intensidade? Até que ponto e de que forma eles vêm conseguindo preservar a sua identidade sociocultural, integrar-se e interagir nesses espaços? Como a população nos locais-alvo dessas migrações está reagindo diante de tal fenômeno, sobretudo, na região Sul do Brasil?

A temática possibilita múltiplos olhares. Entre eles: o problema do desemprego no contexto da globalização neoliberal; as adversidades enfrentadas pelos que migram, particularmente a questão da legalização; o processo de inserção e integração social nos locais onde os imigrantes procuram se estabelecer; as condições e as relações de trabalho vivenciadas por eles; as dificuldades encontradas principalmente no que diz respeito ao idioma, infraestrutura, preconceitos em função da cor, cultura e religião, distância do país de origem e da família, etc.

Todos os elementos mencionados encontram-se intrinsecamente correlacionados na vida dos imigrantes. Para entender minimamente o fenômeno da migração é necessário abordá-los, ainda que seja de forma genérica. Porém, nessa abordagem dar-se-á atenção especial à questão da identidade cultural dos senegaleses e aos processos (ambientes) que implicam relações ou intercâmbios educativos. Como a razão fundamental da vinda desses imigrantes é o emprego, também serão enfocadas questões relativas ao trabalho por eles desenvolvido.

Para a elaboração desse TCC, foram entrevistados senegaleses em diversas casas existentes na cidade de Erechim; profissionais do setor de recursos humanos que atuam em duas das empresas onde os imigrantes mantém vínculo empregatício; docente que desenvolve atividades com um grupo de imigrantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); bem como representante da Secretaria da Educação do Município de Erechim. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, utilizando questionário com roteiro de perguntas semiestruturadas. Com o objetivo de manter a impessoalidade dos entrevistados, seus nomes serão aqui omitidos. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica, bem como consulta à internet.

A pesquisa se constitui em um estudo de caso. O objetivo é possibilitar uma visão geral acerca deste fenômeno social.

No estudo de caso coletivo o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos porque se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão, ou mesmo melhor teorização, sobre um conjunto ainda maior de casos.<sup>2</sup>

Para tanto, adotou-se o método de *pesquisa participante*:

Em suas variedades e variações, as abordagens participativas respondem de maneira direta às finalidades práticas e sociais a que se destinam, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas. Elas pretendem ser instrumentos pedagógicos e dialógicos de aprendizado partilhado; possuem organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora (BRANDÃO & BORGES, 2007, p. 56-57).

As razões fundamentais para adotar essa metodologia estão vinculadas ao fato de que ela permite aprofundar o estudo do tema, ao mesmo tempo em que possibilita desencadear uma relação dialógica entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados. Assim, a pesquisa participante se configura em um instrumento de ação científica de dimensão pedagógica e política. Esse método corresponde à noção freireana de *práxis*, através da qual se torna possível a construção de um processo de interação e intervenção social.

---

<sup>2</sup> . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742006000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007)>. Acesso em 25 de novembro de 2014.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O tema escolhido para esse estudo envolve um campo complexo de fatores e relações. Para melhor refletir sobre ele será necessário definir previamente alguns conceitos. Entre os principais conceitos a serem utilizados aqui estão os seguintes: imigração, identidade e processos educativos. Na sequência, passamos a tratar de cada um deles.

### 2.1. O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO

Por *migração* entende-se o fenômeno que ocorre com muita frequência na atualidade, identificado com a mobilidade de pessoas, famílias, grupos e segmentos sociais dentro de um mesmo país ou de um país para outro, ocasionado pelos mais diferentes fatores. A “migração é um processo de pôr-se a caminho (indivíduos ou grupos) para chegar a um destino. As migrações sempre existiram, enquanto deslocamento dos povos, desde o aparecimento da humanidade” (ZAMBERLAM *et al.*, 2009, p. 13).

Em se tratando do deslocamento internacional de pessoas, dentro do amplo conceito de “migração” estão inseridos os processos conhecidos como “emigração” e “imigração”, respectivamente, saída de um lugar e chegada em outro lugar (BRZOWSKI, 2012). Em geral, no contexto do capitalismo neoliberal, a palavra “migrante” vem associada à ideia de movimento estimulado e/ou forçado por alguma situação problemática, fazendo com que determinados continentes populacionais busquem outros locais de vida e trabalho.

Se, por um lado, a mobilidade social é um direito de todos, por outro, ela pode ser a expressão de problemas socioeconômicos, políticos, civis, etc. As desigualdades, as injustiças e a exclusão estão na base de muitos processos migratórios, tanto internamente como para outros países. Ao elencar razões da migração no contexto do capitalismo, Tedesco e Grzybovski (2013) afirmam:

É importante não esquecer, em termos estruturais e sociais, que a reprodução do capital continua necessitando do trabalho para maximizar sua racionalidade de acumulação, inclusive ampliando o número de trabalhadores manuais; necessita de formas de superexploração da força de trabalho, servindo-se de elementos tradicionais étnico-culturais e de nacionalidades variadas, de imigrantes que alimentam mobilidades sociais, que "vieram pra trabalhar unicamente", como mencionou um líder do grupo de senegaleses, e, por isso, se submetem a situações muitas vezes precárias de vida e de relações de trabalho.

Frequentemente aparece a ideia de que o imigrante é um intruso que vem para disputar trabalho. Assim crescem os estereótipos e os preconceitos. No caso da atual migração dos negros da África, continente que carrega a herança histórica de viver o colonialismo territorial e a escravidão fora de seu território, as chances de sofrerem as referidas consequências se tornam ainda maiores.

Além de verificarmos como se produz hoje a mobilidade social, é importante analisar como se reproduzem as desigualdades. Porém, cabe distinguir entre diferenças consideradas naturais e as desigualdades sociais. As diferenças físicas, biológicas e étnicas são tidas como naturais por serem inerentes aos indivíduos. Contudo, essas diferenças podem ser ressignificadas nas relações sociais, tornando-se elementos de desigualdade social.

Em geral, os imigrantes conhecem de modo muito superficial os problemas sociais, econômicos e políticos brasileiros. Isso favorece a que eles se insiram no mercado de forma precária, sem condições de requerer direitos, possibilitando a reprodução das desigualdades sociais. Para Ricardo Antunes (2008), o capitalismo necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, temporário, terceirizado, precarizado. Enquanto houver sistema de acumulação do capital haverá exploração por meio do trabalho.

Em tempos de globalização hegemônica (SANTOS, 2005), onde as desigualdades socioeconômicas, socioculturais e étnico-raciais se aprofundam e assumem um caráter abissal, a temática da cidadania adquire centralidade e importância ainda maior. Em se tratando dos imigrantes, deve-se perceber a provisoriidade de sua situação e de seu pertencimento ao trabalho, como analisa Abdelmalek Sayad (1998, p. 54 - 55):

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito [...], revogável a qualquer momento [...]. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído; trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes.

Essa condição torna o imigrante um “cidadão” vulnerável em tempo integral. Porém, mesmo sendo visto essencialmente como mão-de-obra barata, ele constitui um elemento alimentador do sistema capitalista, que assenta sua base sobre o lucro a qualquer custo. O

imigrante fica submetido a uma dupla contradição, como afirma Sayad (1998, p. 45). A imigração

condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com intenso sentimento de provisoriedade.

Essas contradições impõem ao imigrante uma situação ambígua no país em que é “acolhido”. Ainda conforme Sayad (1998, p. 45),

oscilando, segundo circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora, como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste, apenas se leva em conta na qualidade de imigrante o seu caráter eminentemente provisório (de direito); ora, ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes.

Os imigrantes tornam-se, assim, alvos de fácil exploração. Feitos ilegais, são trabalhadores ideais para a economia que vive à sombra dos direitos; silenciados politicamente, são cidadãos de mãos atadas. Segundo Sayad (1998, p. 52),

na situação atual, podemos dizer que não existe discurso sobre o desemprego que não seja ao mesmo tempo um discurso sobre os imigrantes, ou melhor, sobre a relação de causa-efeito que, às vezes, é apenas sugerida, mas que, outras vezes, é explicitamente afirmada, entre a imigração e o desemprego [...]. O imigrante só pode ser concebido indissociavelmente ligado ao trabalho (o imigrante desempregado não existe, como diria R. Desnos).

Como enfatiza o autor, os imigrantes são indivíduos em busca de trabalho. Essa condição se constitui em um elemento central de sua identidade. Necessitados de trabalho para a sua sobrevivência, geralmente são caracterizados como problemas sociais. “Não se pode esquecer que os imigrantes são pessoas que atravessam múltiplas fronteiras; em geral, por isso, não são vistos como pessoas que têm projetos, desejos de ir e voltar, permanecer e reconstruir suas vidas” (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2013). A esses problemas que eles próprios passam a ser, se associam outros problemas dos quais são tidos como típicos

representantes: analfabetismo, desqualificação, inadaptação ao sistema econômico, indocumentados... uma ameaça à estabilidade.

## 2.2. A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Com o objetivo de compreender o fenômeno da imigração no contexto atual, além de identificar as razões que o desencadeiam, é importante caracterizar quem são esses imigrantes, ou seja, qual a sua identidade. À primeira vista, falar de identidade parece um exercício fácil; mas, é algo complexo. Não cabe aqui aprofundar o assunto. Trata-se apenas de apresentar alguns elementos que poderão auxiliar na análise da condição dos imigrantes e na sua inserção em uma realidade com características socioculturais distintas daquelas de onde são originários.

Pensar a identidade, ou seja, aquilo que identifica uma pessoa, um grupo ou um povo implica ao mesmo tempo e necessariamente aludir àquilo com o qual essa mesma pessoa, grupo ou povo não se identifica. Isso se refere, portanto, à sua diferença. Como afirma Tomaz Tadeu da Silva, pode-se tomar a identidade simplesmente como uma positividade, como uma característica independente e autônoma, afirmando, por exemplo,

“sou brasileiro”, “sou negro”, “sou homossexual”, “sou jovem”, “sou homem” [...]. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria [...]. É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação (SILVA, 2000, p. 74).

O autor explica que a identidade e a diferença normalmente são tomadas como algo dado, diante do que se recomendam atitudes de respeito ou tolerância. Porém, ele questiona essa posição que naturaliza os fatos, impedindo uma análise crítica. Na prática, tanto a identidade quanto a diferença são criações sociais, culturais e históricas. Além disso, em geral elas são objeto e resultado de disputas de poder entre grupos. Silva (2000, p. 81) esclarece que

na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Vale ressaltar que a demarcação de identidades e diferenças gera processos de inclusão ou exclusão na medida em “dizer o que se é” implica simultaneamente “dizer o que não se é”. Em outras palavras, significa que

a identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2000, p. 82).

A identidade não é algo estático. Está em permanente movimento, comportando instabilidades e modificações que podem ser mais suaves ou mais profundas. No caso das migrações, as identidades das pessoas envolvidas se alteram ainda mais facilmente, gerando

processos de hibridização, sincretismo e criouliização cultural que, forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais. Da mesma forma, movimentos migratórios em geral, como os que, nas últimas décadas, por exemplo, deslocaram grandes contingentes populacionais das antigas colônias para as antigas metrópoles, favorecem processos que afetam tanto as identidades subordinadas quanto as hegemônicas (SILVA, 2000, p. 88).

Boaventura de Sousa Santos (1994, p. 31 e 40) também assinala o caráter processual das identidades sociais. Segundo ele, “identidades são, pois, identificações em curso. Sabemos também que as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções”. Destaca, ainda, o fato de que na atualidade se verifica uma “recontextualização e reparticulização das identidades e das práticas”, o que está produzindo uma reformulação das inter-relações entre o “nacional, classista, racial, étnico e sexual”.

Se, por um lado, essas reformulações contêm elementos positivos ao demarcar as diferenças que se traduzem na identidade de um grupo, por outro, também podem configurar relações de preconceito, discriminação e desigualdade. Nesse sentido, Cavalleiro (2000)

critica o discurso simplista que procura fazer passar a ideia de que ‘somos todos iguais’. Essa compreensão de igualdade natural ou legal não condiz com a realidade, pois na prática somos todos diferentes. Mas, sob qualquer aspecto, as diferenças não justificam práticas de superioridade ou inferioridade pessoal ou social em termos de direitos ou de dignidade.

De acordo com Cavalleiro (2000, p. 23),

podemos entender o preconceito como um julgamento negativo, na maior parte das vezes, e prévio em relação às pessoas ocupantes de qualquer outro papel social significativo. Ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apóia em uma experiência concreta. Ele sinaliza suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a indivíduos pertencentes a uma mesma raça, religião ou a ‘outras raças, credos, religiões’, etc.

É importante destacar que tanto a igualdade quanto a diferença são direitos humanos, como defende Boaventura de Sousa Santos: “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (1997, p. 30). Entretanto, muitas vezes, as diferenças constituem-se em elementos que desencadeiam relações de exclusão social e desigualdade econômica.

Diante dos fatores que geram identidades imperialistas/colonialistas e outras identidades colonizadas, Walter Mignolo argumenta a favor da necessidade de construir uma “identidade em política”, ao lado da “política de identidade” que permeia todo o conjunto das identidades sociais. Segundo ele,

a identidade em política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes americanos até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia - inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. As identidades construídas pelos discursos europeus modernos eram raciais (isto é, a matriz racial colonial) e patriarcais (MIGNOLO, 2008, p. 289 -290).

Acrescenta Mignolo (2008, p. 290) que

a identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades.

Nas sociedades modernas, as mudanças em todos os campos e aspectos ocorrem de forma muito rápida e em fluxo contínuo. Nesse ambiente, as identidades sofrem aquilo que Stuart Hall denomina “descentramento”, ou seja, deslocamento, crise, fragmentação, o que impacta diretamente sobre a vida dos indivíduos e sobre as relações sociais.

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2006, p. 9).

No caso dos imigrantes, a “crise de identidade” pode se aprofundar ainda mais. Além de todo o impacto sofrido pelo contexto da “modernidade líquida” (BAUMAN, 1999) e da globalização, eles também são afetados diretamente pelo deslocamento geográfico para outro país, outro continente, outra cultura, outro ambiente. Todos esses fatores contribuem para que haja um desenraizamento cultural e a composição de uma dupla identidade, às vezes sobreposta, às vezes conflitante. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos [...]. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2006, p. 13).

Entre as principais possíveis consequências do atual processo de globalização sobre as identidades culturais, Hall (2006, p. 69) destaca:

As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”; as identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando o seu lugar.

A globalização hegemônica, com suas múltiplas dimensões, orientada na perspectiva neoliberal, produz “identidades partilhadas” e tendem a enfraquecer as culturas locais. Para o autor,

os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo. À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 2006, p. 74).

Portanto, as identidades nunca estão prontas, acabadas. Encontram-se em contínuo processo de construção e reconstrução, de formação e reformação, podendo sofrer influências múltiplas. Nos migrantes, que vivem em situação de *diáspora*, essas influências se tornam ainda mais intensas. A diáspora é o sentimento do “não lugar”, um sentimento de ser estrangeiro em qualquer lugar, como afirma Hall (2003, p. 415). Após ter vivido na Jamaica e na Inglaterra, declara:

Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertenço completamente a nenhum deles [...]. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma ‘chegada’ sempre adiada.

Nas últimas três décadas, os estudos acerca da diáspora africana proliferaram significativamente. Trata-se de um assunto histórico e amplo com possibilidade de múltiplas abordagens. “Cada vez mais, a diáspora africana tem sido posicionada dentro de contextos sobrepostos, incluindo o Atlântico, o Índico e o Pacífico, bem como o mundo islâmico” (FLORVIL, 2012). E acrescenta o autor, ao resenhar três livros sobre o tema: “Esses estudos exploram a natureza complexa da diáspora, focalizando as abordagens geracionais, de classe, gênero, étnicas, locais, nacionais para formação de identidades e noções de pertencimento”.<sup>3</sup>

### 2.3. EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO FORMAL E INFORMAL

Nesse trabalho, tomamos o conceito de educação como processo em uma perspectiva ampla, dentro da qual se insere o campo da cultura, do trabalho, das tradições, dos saberes, das relações cotidianas, da religiosidade, etc. Trata-se, portanto, de uma visão de educação que transcende as fronteiras formais. Como afirma Maria da Glória Gohn (2010, p. 15):

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um

---

<sup>3</sup>. A resenha dos livros mencionados está disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912012000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912012000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em 27 de novembro de 2014. Os livros são os seguintes: MANNING, Patrick. *The African Diaspora: A History Through Culture*. Nova York: Columbia University Press, 2009. 394 p.; CURRY, Dawne Y., DUKE, Eric D., e SMITH (orgs.). Marshanda A. *Extending the Diaspora: New Histories of Black People*. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2009. 328 p.; HINE, Darlene Clark, KEATON, Tricia Danielle, e SMALL, Stephen. *Black Europe and the African Diaspora* (orgs.). Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2009. 368 p.

território, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual. Por isso trabalhamos com um conceito amplo de educação que envolve campos diferenciados, da educação formal, informal e não formal.

A *educação formal* refere-se às práticas desenvolvidas em sala de aula, seguindo uma estrutura curricular e uma metodologia previamente definida. Nesse espaço institucional a educação se dá com base em leis, normas e diretrizes e o processo educativo está estreitamente vinculado à figura do professor como profissional especializado. Ressalta-se a dinâmica do ensino-aprendizagem por meio de conteúdos sistematizados e métodos padronizados de avaliação. Nessa modalidade de educação, busca-se uma certificação ou diplomação pelo estudo realizado, o que permite reconhecimento social para os mais diferentes fins. Por outro lado,

a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos. [...] O aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo porque os processos que o produz têm intencionalidade e propostas. [...] Na educação não formal, há a figura do educador social mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos. [...] Os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) (GOHN, 2010, p. 16 e 17).

Na modalidade não formal, a educação se dá de acordo com diretrizes, conteúdos e métodos definidos pelas pessoas envolvidas. Em geral, a participação ocorre por livre opção ou segundo acordos, circunstâncias ou necessidades do grupo. A educação não formal visa capacitar os indivíduos para o exercício da cidadania. O modo de educar se constitui em um processo interativo capaz de contribuir com o fortalecimento da identidade coletiva e com os laços de pertencimento do grupo. Esse é um dos elementos centrais da educação não formal.

Por sua vez, a *educação informal* é

aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube, etc.). A informação incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimento herdados. Os indivíduos pertencem àqueles espaços segundo determinações de origem, raça/etnia, religião, etc. São valores que formam as culturas de pertencimentos nativas dos indivíduos. [...] A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos

que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento (GOHN, 2010, p. 16, 18-19).

Nesse estudo, foi possível observar experiências com elementos característicos da educação formal, não formal e informal. *Formal*: na medida em que um grupo de senegaleses (onde também participam alguns haitianos) se reúnem três noites por semana para estudar em um espaço cedido por uma instituição de educação na cidade de Erechim. Ali se desenvolve um projeto de Educação de Jovens e Adultos em parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Faculdade Anglicana de Erechim. A proposta é institucionalizada devido a necessidade de profissional docente. *Não formal*: no sentido de que congrega um grupo de pessoas com um interesse específico de aprender a língua portuguesa para se integrar à comunidade local. Embora essa experiência não tenha como meta a formação política propriamente dita, ela se constitui em um espaço importante de orientações para a vida cotidiana. Além disso, a pesquisa também procurou analisar elementos educativos que se desenvolvem na esfera *informal*, ou seja, nas relações espontâneas que ocorrem entre o grupo em seus espaços de convivência.

Em um sentido mais abrangente de educação, entendida como processo que se verifica ao longo de toda a vida, nas mais diversas circunstâncias e sob distintas orientações, é necessário também atentar para mecanismos que, muitas vezes, acabam desencadeando situações de desrespeito e discriminação cultural, ético-racial, de gênero, etc. Práticas que podem ser caracterizadas como colonialistas, racistas e xenofóbicas.

Deve-se, ainda, lembrar que os imigrantes vivem em múltiplas fronteiras, estando suscetíveis a processos de diferentes ordens como os mencionados acima. De acordo com Danilo Streck e Telmo Adams (2012, p. 247), “a colonialidade engendrada no colonialismo (QUIJANO, 2009) diferencia-se deste por ser mais profunda e duradoura, agindo no nível da intersubjetividade. Trata-se de uma forma atualizada e desterritorializada da relação de dependência e subalternidade”. São processos que atingem as dimensões do ser, do saber e do poder.

Na análise de Boaventura de Sousa Santos, “o racismo resulta da divisão entre força de trabalho central e periférica, ou seja, da etnicização da força de trabalho como estratégia para remunerar um grande setor da força de trabalho abaixo dos salários capitalistas normais, sem com isso correr riscos significativos de agitação política”. Citando Wallerstein & Balibar, o autor afirma que “o racismo, longe de ser um resíduo ou um anacronismo, está progredindo

como parte integrante do desenvolvimento do sistema mundial capitalista” (SANTOS, 1994, p. 41).

Por outro lado, quando orientados para fortalecer a identidade, promover a integração social, aprimorar a cidadania e a emancipação dos migrantes, os processos educacionais se constituem em opções descoloniais. Como afirma Walter Mignolo (2008, p. 290), a opção descolonial é epistêmica, ou seja, implica “*aprender a desaprender* o conhecimento da razão imperial/colonial”.

### 3. CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO

Busca-se aqui levantar algumas informações a respeito das causas que geram o fenômeno migratório no contexto da globalização. Do mesmo modo, intenta-se conhecer um pouco da trajetória percorrida pelos senegaleses desde seu país de origem, bem como as formas de inserção na sociedade por meio do trabalho, as dificuldades encontradas e a percepção de sua presença pela sociedade local.

#### 3.1. TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

Os processos migratórios precisam ser entendidos sempre dentro dos seus respectivos contextos históricos. Falar das migrações “forçadas” de africanos, trazidos ao Brasil como escravos, onde eram tratados como animais e vistos como mercadoria é diferente, por exemplo, de falar da imigração europeia para o Sul do Brasil no século XIX e início do século XX. A imigração de senegaleses – objeto do presente estudo – para essa mesma região no contexto da globalização ou, como preferem outros, das *globalizações*, também se difere das citadas anteriormente. Para compreender o fenômeno imigratório atual convém caracterizar, ainda que brevemente, o período que estamos vivendo.

Utilizando a definição de Anthony McGrew, Hall (2006, p. 67) concebe a *globalização* como aqueles “processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”.

A globalização constitui um fenômeno com múltiplas dimensões, todas interligadas de modo complexo, capaz de articular o global com o local, o moderno com o tradicional. Enquanto, para alguns, a globalização é vista como inelutável progresso da modernidade, uma espécie de novo paradigma, outros a veem como responsável por uma multiplicidade de problemas. Porém, as explicações monocausais e as interpretações monolíticas deste fenômeno parecem pouco adequadas.

Para Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 49 - 50), a globalização não é um fenômeno linear, inequívoco, espontâneo, automático, inelutável e irreversível. É, antes sim, multidimensional (econômica, política, social, cultural...), podendo assumir orientações

*hegemônicas ou contra-hegemônicas*. Se, por um lado, são inegáveis os avanços, conquistas e benefícios trazidos pela modernidade associada aos processos de globalização, por outro lado, ela traz inúmeros problemas, além do que os benefícios criados por ela não são para todos.

De acordo com Milton Santos, a globalização dominante tem um caráter perverso e paradoxal. Ele identifica a globalização perversa como fruto de várias medidas que criaram e perpetuam o mito do mercado global, sustentado convenientemente pela conjuntura político-econômica. Globalização essa baseada na tirania do dinheiro, do consumismo e da competitividade que levou ao “emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão” (SANTOS, 2001, p. 49).

Para Hall (2006, p. 78), “a globalização é muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões”. Essa forma de globalização predominante resulta de um conjunto de decisões políticas e econômicas as quais estabelecem a prevalência do mercado sobre o Estado; subordinam o trabalho aos interesses do capital e reduzem os direitos dos trabalhadores, produzindo grandes assimetrias. Também favorece a concentração do poder econômico nas mãos de poucas empresas nacionais e transnacionais de grande porte; acelera o processo de privatização de indústrias, patrimônios, serviços, riqueza produzida e recursos naturais; cria dependência dos países periféricos em relação aos países centrais.

Por outro lado, verifica-se em nível mundial um paradigma distinto, denominado por alguns de *globalização contra-hegemônica* e por outros de movimento altermundista e pluriclassista. Trata-se de uma perspectiva que se orienta segundo uma lógica anti-capitalista, emancipatória, da democracia participativa, do multiculturalismo, dos direitos humanos, da diversidade, da economia solidária, etc. Dentro da dinâmica da globalização hegemônica ocorreram muitas mudanças no sistema de produção e distribuição. Essas alterações afetaram diretamente a vida dos trabalhadores, ora incluindo-os de maneira subordinada e precária, ora excluindo-os; ora atraindo-os para determinados lugares, ora expulsando-os.

### 3.2. DO SENEGAL PARA O “MUNDO”

Historicamente, a África em geral sofreu a pilhagem, a exploração e a opressão capitalista. Entre os séculos XV e XVIII, mais de um milhão de senegaleses foram levados como escravos para as potências europeias. De acordo com Soumare e Bonfond (2011),

quando das duas guerras mundiais, a França utilizou as colônias como reserva de homens para defender os seus interesses. Isso não impediu absolutamente o poder colonial de reprimir muito duramente os movimentos de emancipação que se desenvolveram no Senegal depois da Segunda Guerra Mundial. É preciso esperar até 1960 para que o Senegal se torne formalmente “independente”.

Senegal, na África Ocidental, foi colonizado pela França no século XIX, mas houve grande disputa por esse território, o que acabou dissolvendo tribos e gerando conflitos. O país ocupa uma área de 196,720 Km<sup>2</sup>, aproximadamente o tamanho do estado do Paraná. Segundo dados das Nações Unidas, de 2014, a população de Senegal é de 14,54 milhões de pessoas, sendo a capital, Dacar, a cidade mais populosa com cerca de 2,2 milhões de pessoas. “Quase 90% da população é de jovens, porque os velhos morreram, principalmente em conflitos”, explica Vania<sup>4</sup>.

A religião mais professada é o islamismo, congregando aproximadamente 87% da população. Entre as etnias, predominam os *jalofo*s, os *serer*, os *fulas*, os *tukulor*, os *diolas* e os *mandingas*. De acordo com a *Human Rights Watch*,

a língua oficial do Senegal é, segundo a constituição, o francês, apesar de a língua uólofe ser, na generalidade, a *língua franca*. O árabe é a segunda língua de instrução mais comum, chegando a ultrapassar o francês - a língua ensinada nas escolas estatais - em algumas regiões do Senegal<sup>5</sup>.

Após sua independência formal, em função de sua fragilidade econômica e de sua pesada dívida externa, Senegal viu-se obrigado a pedir ajuda ao antigo poder colonizador. Prossegue, assim, o colonialismo. Verificam-se altas taxas de mortalidade infantil, de desemprego e baixa expectativa de vida. Tendo uma economia fraca que não consegue

<sup>4</sup>. Vania Beatriz Merlotti Herédia é doutora em História das Américas, pós-doutora em História Econômica, professora titular da Universidade de Caxias do Sul e pesquisadora sobre migrações contemporâneas, migrações internas e migrações históricas. Cf. ESPEIORIN (2014). Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-11a-edicao/senegal-a-nova-cara-do-imigrante/>>.

<sup>5</sup>. Cf. <<http://www.hrw.org/pt/node/91595/section/6>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

acolher todo contingente de mão de obra, muitos veem na migração a única alternativa existente.

Numa lista de 187 países relacionados no Ranking IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)<sup>6</sup> de 2013, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) cita Senegal entre os países com “baixo desenvolvimento humano”, na posição 163, com um IDH de 0,485. É importante destacar a dificuldade em encontrar informações acerca da realidade e das condições econômicas, sociais e políticas de Senegal e de outros países africanos em situações similares, o que denota uma invisibilização desses povos e nações no cenário internacional.

Deve-se ressaltar mais uma vez que a imigração dos senegaleses ocorre no contexto da globalização neoliberal. A análise desde essa perspectiva mais ampla é fundamental no sentido de não reduzir o fenômeno migratório internacional a uma situação localizada que o origina e a um espaço determinado com melhores ou piores condições que recebe os estrangeiros. É indispensável perceber que o sistema capitalista produz extremas desigualdades sociais dentro de uma mesma região ou de um mesmo país e que essa lógica se reproduz também na relação entre os países. Daí porque muitos senegaleses, bem como cidadãos de outros países da África, se veem obrigados a sair para o “mundo” vender sua força de trabalho.

### 3.3. TRAVESSIA EM BUSCA DE TRABALHO

O conceito “travessia” é utilizado aqui com dupla significação. Em sentido geográfico, pois os migrantes enfrentam o desafio do deslocamento físico, muitas vezes de longa distância, o que implica uma série de riscos e perigos. Em tempos de desemprego estrutural, flexibilização das leis trabalhistas, precarização das condições de trabalho, encontrar um trabalho digno com remuneração justa se constitui em luta árdua para os imigrantes, uma espécie de “travessia” social.

---

<sup>6</sup> “Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades [...], e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”. Cf. <[http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_DH](http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

De acordo com o entrevistado “A”<sup>7</sup>, eles partem do Senegal em direção a Madri (Espanha) e de lá para Quito (Equador), percurso esse feito de avião. De Quito para São Paulo e de lá para Erechim deslocam-se de ônibus, em viagem total de aproximadamente uma semana. Os imigrantes realizam esse longo trajeto em função da dificuldade de obtenção do “visto” junto ao Consulado do Brasil no Senegal. Em se referindo a esta situação, o entrevistado “A” explica:

O visto é complicado, brabo, brabo, brabo. No Consulado, pedem um monte de documentos e muito dinheiro. E se não tem dinheiro guardado no banco para conseguir pagar hotel, comida, eles não dão o visto. Por isso, tem que dizer: ‘eu quero ir passear no Brasil, não para trabalhar’. Se é para trabalhar eles não dão o visto. É complicado.

O entrevistado “E”<sup>8</sup> diz não se recordar do percurso que fez do Senegal a Erechim porque não falava português. Recorda que chegou no Brasil em 2009, por Fortaleza, depois foi para Argentina, onde ficou durante nove meses. Sobre o processo de obtenção de visto, afirma:

Em 2009 saiu uma lei no Brasil para dar aos estrangeiros o documento. A gente chega aqui e vai lá pra Passo Fundo, na Polícia Federal... Todo estrangeiro que chega aqui no Brasil pode ganhar permanência para ficar... Antes eu conseguia o documento para três meses. Depois vai lá na Polícia Federal e ele renova para mais três meses e vai renovando... Uma vez eu consegui para 6 meses. Agora graças que tenho um bebezinho e acho que vou conseguir uma permanência para ficar no Brasil. Com o bebê eu acho que vou conseguir se Deus quiser.

A necessidade de trabalhar implica muitas mudanças. Como relata o entrevistado “C”<sup>9</sup>, buscar espaços que garantam alguma condição de vida mais digna é uma experiência que se inicia cedo e que, às vezes, leva a “girar o mundo”. Ele conta que saiu de seu país de origem com 20 anos de idade e trabalhou 15 anos na Costa do Marfim. Em 2007 veio para Buenos Aires onde permaneceu até 2010; na sequência migrou para Passo Fundo, depois regressou ao Senegal e agora trabalha em Erechim em uma metalúrgica.

---

<sup>7</sup>. Imigrante senegalês mais antigo em Erechim, tendo chegado à cidade há cerca de cinco anos. Por conseguinte, tem maior domínio do idioma português que os demais colegas. Conta que trabalhou um tempo em São Paulo como vendedor e depois veio a Passo Fundo onde trabalhou como soldador, vendedor e na coleta do lixo. Explica que foi um policial que o orientou a vir a Passo Fundo ou Porto Alegre para trabalhar, dizendo que aqui havia muito serviço. Entrevista realizada em 03 de julho de 2014.

<sup>8</sup>. Entrevista concedida dia 28 de setembro de 2014.

<sup>9</sup>. Entrevista concedida dia 28 de setembro de 2014.

Conforme Espeiorin (2014) há diversas rotas e roteiros percorridos pelos imigrantes.

Apesar de falarem pouco sobre a forma como ingressam no Brasil, a rota principal se inicia no Equador porque lá não é exigido passaporte, visto ou autorização para circular pelo país. Depois, eles seguem para o Paraguai, Argentina e finalmente o Rio Grande do Sul. Outros preferem cruzar a fronteira com o Acre e depois seguem em direção ao Sul do Brasil. "Olhando o Senegal, a gente vê que eles estão num processo de diáspora. E para entrar no país, muitos acabam sendo vítimas de 'coiotes' que os fazem ingressar no Brasil", explica Maria do Carmo<sup>10</sup>.

O entrevistado "B"<sup>11</sup>, solteiro, conta que saiu de Senegal em 2005 e veio para a Argentina onde ficou até 2010; depois migrou para São Paulo, onde trabalhou na Rua 25 de Março durante sete meses, vendendo joias. Como não tinha muito rendimento nessa atividade, após informações de que no Sul poderia conseguir um trabalho melhor, decidiu vir a Erechim.

Tinha um amigo meu que estava morando aqui no Sul e me convidou pra vir aqui e quando cheguei fui trabalhar na (empresa "A"). Fiquei lá trabalhando três anos e depois fui para Caxias do Sul e depois voltei pra cá. Eu gosto mais de Erechim. Tem amigos meus que chegaram aqui e depois voltaram para Caxias. Digamos que é uma forma de se acostumar. Aqui nessa cidade eu me sinto melhor do que lá em Caxias. Estou aqui desde 2010 e já estou acostumado. Eu faço amizades com gente daqui. Em realidade aqui tem de tudo. Tem gente boa, tem gente ruim. Isso em todos os lados do mundo.

A avaliação do lugar onde estão vivendo e trabalhando atualmente aparece de forma espontânea nos diálogos. Em geral, em suas análises afirmam existir "gente boa" e "gente ruim". Perguntado sobre o que entende ser gente "ruim", o entrevistado "B" afirma: "Às vezes tu sente aquela discriminação. Tem outras pessoas também que são muito legais, fazem amizade, ajudam. Tem de tudo". As comparações também aparecem. "Eu já morei na Argentina. Eu gosto mais do povo do Brasil do que do povo da Argentina porque lá discriminam muito quando percebem que você não é daqui. Tem outros também que são gente legais".

Ao ser interrogado a respeito da maneira como são vistos e tratados pela comunidade erechinense, o entrevistado "A" declara: "Em todo lugar tem gente boa e gente sem vergonha. Aqui não é todo mundo legal. Tem gente muito boa e disposta a ajudar e também tem gente

---

<sup>10</sup>. Maria do Carmo é coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante, em Caxias do Sul.

<sup>11</sup>. Entrevista concedida dia 28 de setembro de 2014.

bem sem vergonha”. Aos poucos, o estranhamento e a desconfiança vão cedendo lugar a outros comportamentos e atitudes, como a curiosidade, a aproximação e interação.

As migrações são quase sempre motivadas pela necessidade de encontrar trabalho que proporcione uma renda mais elevada. Porém, isso é sempre uma aventura. Misturam-se à busca pelo trabalho outras motivações, como conta o entrevistado “B”:

O Brasil, em realidade, é um país que eu sempre gostei. Eu sempre torço para o time do Brasil. Me lembro 1998, na minha casa todos torciam para a França e eu sozinho torcia pro Brasil. Quando eu decidi sair, então eu disse: eu vou pro Brasil. Eu tinha 17 anos, então meu pai fez uma autorização pra eu poder sair. Agora tenho 26 anos.

Sobre a questão documental, diferentemente de outros colegas, o entrevistado “B” diz que é tudo muito tranquilo e que é possível fazer a renovação do visto em Passo Fundo. “Desde que eu cheguei aqui, nunca nenhum policial me perguntou documento. Já tenho visto de permanência que consegui em 2009 e vai terminar em 2019. Quando terminar, posso ter o definitivo. Mas tomara que até 2019 eu tenha o que queira e possa voltar para o Senegal”.

A presença de migrantes em qualquer contexto é reveladora de uma realidade que requer mudanças estruturais. Mesmo que não tenham consciência disso, pelo simples fato de “estarem a caminho, os migrantes denunciam uma organização social que deixa tantas pessoas do lado de fora, ao mesmo tempo em que, com seus passos e seus sonhos anunciam o horizonte de uma nova ordem mundial, em que todos tenham iguais oportunidades de inclusão” (ZAMBERLAM et.al, 2009, p. 9).

### 3.4. O BRASIL E OS NOVOS IMIGRANTES

Ao chegarem à nova “pátria”, os migrantes logo são percebidos em função de sua cor, origem, cultura, idioma, religião<sup>12</sup> e outros costumes, fatores que suscitam diversos tipos de reação, seja de discriminação e preconceitos, seja de acolhida. Nos últimos dois anos, cerca de 3 mil haitianos e senegaleses<sup>13</sup> chegaram à cidade de Caxias do Sul, diante do que afloram os preconceitos:

---

<sup>12</sup> . Cf. *Human Rights Watch*, cerca de 95% da população de Senegal é muçulmana. Disponível em: <<http://www.hrw.org/pt/node/91595/section/6>>.

<sup>13</sup> . Cf. <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/rapido-atendimento-da-policia-federal-de-caxias-atrai-imigrantes-ganeses-108076.html>>. Reportagem publicada dia 09 de julho de 2014 e acessada dia 22 nov. 2014.

‘Não acho justa a convivência deles aqui no meio da gente’, diz um morador; ‘Sem falar todas as doenças que eles estão trazendo’, diz uma mulher; ‘O pessoal daqui vai perder emprego por causa disso. Porque por qualquer mixaria eles estão trabalhando’, afirma um senhor; ‘acho que inclusive até aqueles que estão vindo aqui têm que ir embora!’, reclama uma senhora.<sup>14</sup>

O Programa Fantástico, da Rede Globo, na edição de 17 de agosto de 2014, que veiculou as falas acima, ao apresentar uma reportagem parcial e sensacionalista sobre o assunto, reforça o preconceito existente em relação aos novos imigrantes. É importante observar como habitantes da região que foi o berço da imigração europeia (branca) no final do século XIX e início do século XX reagem de maneira racista e escancaradamente discriminatória diante dos imigrantes negros. Percebe-se que a repulsa se dá muito mais por conta da procedência dos imigrantes do que em função do fenômeno migratório em si; muito mais porque são negros do que por serem trabalhadores em busca de trabalho.<sup>15</sup>

A mesma reportagem também mostra casos de imigrantes que ingressam no país na condição de refugiados. Em 2012, foram expedidas 27 mil carteiras de trabalho para estrangeiros; em 2013, foram 41 mil. O presidente do Conselho Nacional de Imigração, Paulo Sérgio de Almeida, afirma:

No final do ano passado, fomos confrontados com uma situação em que existia um grupo relativamente grande de trabalhadores que estavam empregados e havia o receio de os seus pedidos de refúgio serem negados pelo governo brasileiro. Esses casos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração que acabou analisando como situação “especial” e garantindo documentos, garantindo a possibilidade desses trabalhadores estrangeiros permanecerem no nosso país [...]. Acaba que muitas vezes a nossa legislação é uma lei antiga, defasada. Ela, por exemplo, proíbe a regularização migratória de um estrangeiro.

Deisy Ventura, professora de Direito Internacional da USP, também entrevistada na mesma reportagem, afirma: “Nós herdamos uma lei que permite ao Estado fazer com o estrangeiro o que ele quiser. Expulsá-lo, decidir se ele fica no país ou não. Isso é incompatível com a nossa Constituição de 1988 e com os acordos internacionais que o Brasil subscreveu”. Porém, a Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009 garante residência provisória ao estrangeiro. Em seu Artigo 1º declara: “Poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo

<sup>14</sup> . Cf. <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/numero-de-pedidos-de-refugio-cresce-800-em-quatro-anos-no-brasil.html>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

<sup>15</sup> . Em função da limitação de tempo, não foi possível entrevistar moradores da cidade de Erechim para verificar como reagem à presença dos imigrantes negros, africanos e haitianos. Daí o motivo de estar utilizando os dados dessa reportagem.

ingressado no território nacional até 1º de fevereiro de 2009, nele permaneça em situação migratória irregular”<sup>16</sup>. Essa lei acabou também estimulando muito o fluxo migratório para o país.

Analisando o fenômeno da migração, a secretária executiva da empresa “A”, responsável pelo processo de contratação, afirma:

Com quem eu conversei, me disseram que vieram para o Brasil sem nenhum destino específico, naquele processo migratório meio ilegal. Alguns foram enganados, outros foram deixados. Eles acabaram indo para o Acre e chegaram em São Paulo. Tiveram que legalizar a documentação. Alguns disseram que vieram para o Sul porque aqui tinha bastante emprego. Vieram pra cá atraídos pelo mercado aquecido da construção, da indústria, tanto é que muitos trabalham em construção civil, construção pesada. Disseram que aqui era uma região rica. Os trabalhos braçais não exigem experiência. Aí eles pensam que podem concorrer. Eles começam trabalhar e vão subindo. A gente tem muitos formados, com licenciatura, bacharéis trabalhando como operadores de máquinas. Eu acho que isso tende a aumentar.

Já a analista de recrutamento e seleção da empresa “B”<sup>17</sup> entende que o aumento da migração de africanos para o Sul do Brasil, e particularmente para Erechim, se deve à oferta de emprego e escassez de mão de obra local.

Os funcionários daqui começavam a trabalhar e logo mudavam para outro emprego. Os senegaleses são mais estáveis. A “X” (citando o nome da funcionária) começou a trabalhar aqui há um ano e os outros começaram há 3 meses. A copa do mundo ajudou a atrair migrantes. A unidade da empresa (citando o nome) em Erechim não foi buscar trabalhadores senegaleses, mas outras unidades desta empresa foram buscar mão de obra dos haitianos.

Portanto, para os novos imigrantes, o Brasil é um país onde se abrem múltiplas possibilidades. É “a terra do futebol”, “a terra do trabalho disponível para todos”, a “terra em que a escravidão já foi abolida”, o “lugar da democracia racial”, o “território do desenvolvimento”... Será?

---

<sup>16</sup>. O Artigo 2º da mesma Lei caracteriza quem é o indivíduo beneficiado. “Considera-se em situação migratória irregular, para fins desta Lei, o estrangeiro que: I - tenha ingressado clandestinamente no território nacional; II - admitido regularmente no território nacional, encontre-se com prazo de estada vencido; ou III - beneficiado pela Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998, não tenha completado os trâmites necessários à obtenção da condição de residente permanente.”

<sup>17</sup>. Entrevista realizada em 29 de setembro de 2014.

#### **4. A IDENTIDADE DOS SENEGALESES**

Nessa parte do trabalho, serão apresentados brevemente alguns elementos que compõem a identidade dos imigrantes senegaleses. A intenção não é aprofundar a reflexão sobre o tema, mas dar a palavra aos sujeitos com os quais dialoguei nesse trabalho para que contem um pouco quem são eles.

Ao introduzir esse capítulo, é oportuno registrar que não foi possível precisar o número exato de imigrantes africanos que se encontram atualmente em Erechim. Segundo informações obtidas com os próprios entrevistados, calcula-se que haja cerca de cem (100) senegaleses vivendo e trabalhando na cidade; em sua absoluta maioria jovens do sexo masculino. Verificou-se também uma considerável mobilidade regional dos imigrantes por conta do trabalho.

##### **4.1. UMA CULTURA DIFERENTE**

A cultura é um eixo estruturante da identidade. Os hábitos, as tradições, os ritos, mitos, crenças e costumes; as maneiras de pensar, de ser e de fazer; os jeitos de viver e conviver; as relações interpessoais, grupais e sociais; as práticas laborais, lúdicas, religiosas e artísticas; a cor da pele e das roupas, a língua, a culinária, a história, os sonhos e a luta... Tudo constitui o amplo e rico mundo da cultura.

O entrevistado “E”, casado com uma mulher senegalesa, com a qual tem um filho (recém-nascido em Erechim), afirma que deseja casar também com uma mulher brasileira. Embora saiba que aqui não é permitida a poligamia, diz que vai tentar ter duas mulheres. Já o entrevistado “C”, também casado com uma senegalesa, com a qual tem um filho (esposa e filho vivem em Senegal) assegura que não pretende casar mais vezes. “Pra mim uma só é melhor”.

Na cultura dos imigrantes, a poligamia é opcional e natural. Ao migrar, porém, esse e outros elementos culturais podem constituir-se complicadores. Perguntado se se casaria com uma mulher que não fosse muçulmana, o entrevistado “E” responde:

Na verdade eu posso casar, não importa a religião. Uma mulher não pode casar com outra pessoa que tenha outra religião. Se uma mulher está apaixonada por mim, eu posso conversar com ela, falar com ela, um dia ela trocar de religião [...]. Não importa a religião é má ou sua religião é boa. Você tem que respeitar a outra. Se eu casar com ela eu vou tentar que troca de religião..

Embora se ressalte a importância do respeito, nota-se que os direitos não são iguais e que o homem tem prevalência sobre a mulher. Enquanto ao homem é permitido casar-se com até quatro mulheres, a mulher pode se casar apenas com um homem. Enquanto o homem pode casar-se com uma mulher que não é muçulmana e tentar um posterior convencimento (conversão) dela para o islamismo, à mulher não se lhe garante o direito de fazer o mesmo.

Ainda questionado sobre a orientação diante da não aceitação da mulher se converter ao islamismo e querer permanecer na sua religião, o entrevistado “E” afirma:

Deixa ela. Todas as religiões fala que precisa respeitar... Tem que fazer tudo o que ela precisa... Toda religião é bom, é paz. Tem gente que tem uma religião que não respeita a mulher. Toda religião fala que tem que respeitar uma mulher, tem que cuidar dela e faz tudo que ela precisa. Não precisa mentiroso pra ela, não precisa bater. Tem que dar todo o valor que ela tem, ajudar ela também. Tem que fazer uma brincadeira, conversar com ela, não adianta mentiroso. Tem que dizer a verdade. Acho que se você faz isso com uma mulher brasileira, ser uma pessoa boa, ela vai seguir com você.

Sobre a questão religiosa, a entrevistada “D” (senegalesa casada com senegalês) é inflexível, dizendo que nunca iria aceitar mudar de religião. Sua inflexibilidade também se mostra quanto à poligamia. Embora no islamismo essa prática seja normal, ela não concorda com a mesma. “Não aceito nunca. Não pode. A lei é daqui”. Portanto, percebe-se que para alguns (e de alguma forma, para todos), a lei e a cultura local acabam se sobrepondo à tradição cultural trazida pelos imigrantes.

Para a cultura daqui, a questão da poligamia (oficial) se configura em algo no mínimo estranho. A respeito do assunto, a secretária da empresa “A”, onde um grupo de senegaleses trabalha, afirma: “Alguns têm família aqui e família lá. Alguns têm duas ou três mulheres lá e elas se acertam. Isso eu não entendo. Eu digo que é o amor. Só pode ser o amor. Se fosse aqui nós não aceitaríamos que houvesse duas famílias”.

Outro elemento que se sobressai na cultura dos imigrantes é sua forte preocupação em ajudar os pais e irmãos que permaneceram no Senegal. Essas ajudas consistem no envio de uma quantia mensal em dinheiro. Sobre isso, assim se expressa o entrevistado “E”:

Porque nós mandar dinheiro lá? Eu tinha 12 anos quando meu pai morreu, tinha 20 e poucos anos quando minha mãe morreu. Eu morei junto com meu irmão e irmã. Eles que me ajudaram. Agora eu tenho dinheiro, tenho que mandar pra eles também, não importa se eles têm ou não tem. Cada um tem que ajudar o outro. Eu tenho quatro irmãos. Todos têm dinheiro, todos têm seu trabalho, não muito dinheiro, mas têm alguma coisa para comer, pra sua família. É uma coisa normal da nossa religião um ajudar o outro, o pai, a mãe, os irmãos. Não pode falar coisa má para teu pai e mãe e nem irmãos também. Tem que respeitar. Se não gosta de alguma coisa tem que vir e conversar com seu pai e sua mãe. Tem que pensar antes.

O idioma – outro constructo cultural – assume uma função fundamental na vida dos imigrantes. Ao se referir ao idioma, o entrevistado “B” afirma falar bem o francês, o wolof, o espanhol e o português. “Em realidade, fala francês quem estuda na escola e quem não estuda não fala. Eu estudei na escola muçulmana três anos [...]. Tem o wolof que é a língua geral. Digamos que 95% da população entende wolof. No Senegal tem 13 dialetos. Cada tribo tem sua língua.”

Nota-se, portanto, que a língua francesa obrigatória, nas escolas, mantém viva a herança colonial. Por outro lado, verifica-se a afirmação da cultura local representada na multiplicidade de tribos, línguas e linguagens. A entrevistada “D” conta que em seu país estudou até o segundo grau. Aprendeu o francês, o espanhol, o árabe e um pouco de inglês. Agora também fala o português.

#### 4.2. O RIGOR DE UMA RELIGIOSIDADE

No grupo de 15 senegaleses que residem em uma casa alugada pela empresa “A”, todos são muçulmanos<sup>18</sup>. Ao longo do diálogo<sup>19</sup>, ressaltam a grande influência que o islamismo exerce em suas vidas. Explicam que estão no terceiro dia do Ramadã, tradicional ritual islâmico que consiste em jejum de trinta dias consecutivos, do nascer ao pôr do sol. Nesse período, permanecem sem comer e sem beber (inclusive água) durante o dia todo, independente do trabalho que realizam. Alimentam-se somente à noite. Relatam que o

---

<sup>18</sup>. “A religião muçulmana tem crescido nos últimos anos (atualmente é a segunda maior do mundo) e está presente em todos os continentes. Porém, a maior parte de seguidores do islamismo encontra-se nos países árabes do Oriente Médio e do norte da África. Assim como as religiões cristãs, a religião muçulmana é monoteísta, ou seja, crê na existência de apenas um deus, Alá ou *Allah* (palavra para designar Deus em árabe). Criada pelo profeta Maomé, a doutrina muçulmana encontra-se no livro sagrado, o Alcorão ou Corão. Foi fundada na região da atual Arábia Saudita”. Cf. <<http://www.suapesquisa.com/islamismo>>. Acesso em: 23 out.2014.

<sup>19</sup>. Entrevista realizada dia 03 de julho de 2014.

Ramadã é obrigatório para quem tem saúde, dos 18 anos até o fim da vida. Assim se expressa o entrevistado “A”:

A fome e a sede são muito grandes e estamos muito cansados. Também não podemos olhar para mulheres e nem namorar nesses dias. Só se pode pensar em Deus e nas coisas boas; ajudar os outros e não falar mal de ninguém. Se estragar o Ramadã tem que pagar castigo. Se desrespeitar um dia de Ramadã, tem que pagar três meses. É complicado.

Os senegaleses migrantes em geral são muito fiéis aos ensinamentos e práticas religiosas. De acordo com Sílvio Premoli<sup>20</sup>, “a maioria dos senegaleses é seguidor do Sheik Mamadou, chefe religioso que vive na cidade santa de Touba, Senegal. Os mais religiosos usam uma pulseira no braço que é um símbolo sagrado; outros têm um colar com a foto do Sheik no pescoço. O muçulmanismo da cidade de Touba é muito aberto”.

Muçulmanos, eles são bastante disciplinados e praticamente não se envolvem em conflitos. Não consomem bebidas alcoólicas e não apresentam aquela malícia tão comum ao brasileiro. Os únicos registros encontrados na polícia dizem respeito a casos de racismo. Eles foram as vítimas (ESPEIORIN, 2014).

No que diz respeito à religião, o entrevistado “E” segue o islamismo e afirma: “De cada 10 pessoas, 8 são muçulmanos”. Explica que a cada 15 dias realizam seus rituais religiosos em Erechim numa das casas onde residem. Não há uma liderança religiosa. “Um dia eu faço, outro dia outra pessoa. Não é uma coisa que é complicada. A gente nasceu disso. Nosso pai, nossa mãe nasceu disso”.

Segundo o entrevistado “B”, a paz que existe no Senegal deve-se em muito à influência e ao papel da religião. “A religião ajuda. A nossa religião educa bem porque segue o Alcorão. O islamismo é uma religião de paz”. Diante da pergunta sobre a existência de muçulmanos que desejam, promovem ou praticam a violência, responde:

Eu vou te falar uma coisa. Cada um é um. Um muçulmano 100% não pensa fazer isso. Não pensa fazer violência. Mas sempre vai ter um que é ateu. Só é muçulmano de nome. Aqueles que fazem guerra não são muçulmanos. Muçulmano educa bem. Se tu lê o Alcorão, ele ensina respeitar as pessoas. Um muçulmano 100% não faz guerra, não discrimina, não briga, não xinga, não rouba. O Alcorão

---

<sup>20</sup>. Premoli é doutor de Pesquisa em Pedagogia e pesquisador na Universidade Católica de Milão. Faz parte do Comitê Científico da Cátedra UNESCO de Direitos Humanos e Cooperação Internacional da Universidade de Bergamo, Itália. Entrevista concedida a Dirceu Benincá, em 18 de setembro de 2014, em Turim, Itália.

diz: quem rouba a gente pega e corta a mão. Se rouba outra vez, corta a outra. Terceira vez, eles matam. Isso é o que diz a lei muçulmana.

O entrevistado “B” demora-se na explicação sobre as festas religiosas do islamismo e o significado delas para os muçulmanos. Também lamenta que a atual situação de trabalhadores fora do seu país quase sempre os impede de celebrar essas festas.

Dia 5 de outubro vai ter uma festa grande lá no Senegal. É a festa dos muçulmanos. Cada casa lá no Senegal mata uma ovelha. É uma festa familiar. A festa se chama Tabaski. Aqui em Erechim a gente se reúne aqui em casa ou na casa dos amigos. É pequeno, mas fazer o que, não tem lugar grande. Mas seria importante que a gente tivesse uma casa maior. Essa festa não tem dia nem mês. Muda conforme a lua. É igual ao Ramadã. Quando chega a festa lá no Senegal, eles estão comemorando e nós trabalhando. A gente fica um pouco triste. Ainda bem que esse ano caiu num domingo.

Sobre a observância do Ramadã, o entrevistado “B” afirma que todos procuram cumprir os rituais e as exigências com todo o rigor, como um dever que decorre de sua consciência religiosa.

Sempre eu acordava às 4h30min, comia muito e tomava muita água. Não pode comer e nem beber nada enquanto tem o sol. São 30 dias corridos. Um colega uma vez estava trabalhando caiu e quase desmaiou. Se tu quebra o Ramadã querendo, tem que pagar 30 dias por um dia que tu quebra. Se não for proposital paga um dia. Esse ano falta só dois dias e eu vou pagar.

Para o entrevistado “B”, o Ramadã não tem caráter obrigatório. “Faz quem quer. Nós fazemos 5 orações por dia. Tem gente que não faz. Não respeitam, não praticam. Eu faço porque eu quero, porque acredito”. No que se refere à religião, a entrevistada “G”, afirma: “A gente precisa todos os dias fazer oração. Eu faço oração antes de sair de casa e antes de dormir também”.

Migrando para países com cultura e tradição religiosa distinta, a religião pode também se constituir em um elemento de preconceito. Perguntada se alguém já a desrespeitou por conta da religião, diz:

Sim, uma mulher que mora lá na Bela Vista. Ela é Testemunha de Jeová e eles sempre me convida. Ela disse que eu não posso ficar como muçulmana. Tem que mudar de religião. Eu disse pra ela, mas não dá. Eu sou muçulmana e nunca vai trocar de religião. Tem que respeitar. Eu gosto muito de meu profeta. Meu profeta é Maomé. Nós muçulmanos também gosta de Jesus.

Porém, embora os imigrantes se deparem com casos de discriminação e tentativas de convencimento para mudança de religião, eles demonstram convicções fortes que os mantêm firmes no islamismo. Nos vários depoimentos ouvidos acerca desse tema, prevalece o respeito diante do “outro”, do diferente, de sua cultura, costumes e religião. Sim, o respeito, não a mera tolerância!

#### 4.3. A CENTRALIDADE DO TRABALHO

No bairro “X”, onde residem 15 rapazes, todos, exceto um, trabalham na empresa “A”. Durante a visita, mostram-se acolhedores; falam todos ao mesmo tempo, enquanto também estão preocupados em preparar o jantar para se alimentarem depois de uma longa e pesada jornada de trabalho, no serviço de tapa buracos em rodovias que foram danificadas pelas fortes chuvas de final de junho.

De acordo com o entrevistado “A”, “aqui tem bastante serviço, e o salário é melhor que no Senegal. O problema é morar longe da família. Meu pai morreu em novembro de 2013 e não consegui ir. Depois que estou aqui só consegui ir uma vez”. O entrevistado explica que já conseguiu o visto brasileiro de permanência, o que lhe garante certa tranquilidade. Os senegaleses apontam diversas dificuldades que encontram no trabalho cotidiano, entre as quais o idioma português.

A dificuldade com a comunicação (o idioma) também é destacada pela secretária executiva da empresa “A”. Entretanto, todos dominam mais que uma língua. Além do dialeto próprio da tribo a que pertencem, também falam o wolof (língua oficial do Senegal) e o francês (herança da colonização). Em função do ensino em algumas escolas de Senegal e dos processos migratórios, uns falam razoavelmente o inglês e/ou o espanhol e/ou o português. Alguns chegam mesmo a falar cinco ou mais línguas.

De acordo com a secretária executiva da empresa “A”<sup>21</sup>, a empresa emprega 49 trabalhadores de diferentes nacionalidades: Senegaleses (31), haitianos (15), argentinos (2) e uruguaio (1). São funcionários de 20 a 45 anos, todos homens. Como a empresa possui diversas unidades, esses trabalhadores desempenham sua função na região metropolitana de

---

<sup>21</sup>. Entrevista realizada dia 10 de setembro de 2014.

Porto Alegre (cidades de Montenegro e Guaíba), na Serra Gaúcha e na região do Alto Uruguai.

A empresa atua em várias áreas voltadas a construção civil, porém os nossos colaboradores estrangeiros concentram suas atividades na área de pavimentação, obras industriais e área administrativa. As funções seguem de serventes, auxiliares, pedreiros, operadores de máquinas, marleteiros, analistas, engenheiros e líderes.<sup>22</sup>

A empresa “A” contrata estrangeiros desde 2009. Passou a buscar esta mão de obra fora pela dificuldade na contratação local. Acerca do processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros, a secretária afirma que, inicialmente, houve a participação de um agenciador, mas, após esta primeira etapa os próprios funcionários passaram a fazer indicações de colegas e/ou conhecidos. Alguns procuram a empresa por conta própria, porque tomam conhecimento que a empresa contrata estrangeiros.

Até agora ninguém foi demitido por não ter dado certo ou por má conduta, informa a secretária executiva da empresa “A”. Alguns saem para voltar para a África e depois acabam retornando para cá. Quanto ao perfil dos trabalhadores, ela explica que, dadas as

características da atividade da empresa são contratados profissionais do sexo masculino. Inicialmente são contratados como serventes, porém analisadas as suas habilidades e seu desenvolvimento profissional, eles recebem oportunidades de crescimento/ promoções. A comunicação surge como um empecilho para assumirem outras funções em um primeiro momento, mas temos funcionários estrangeiros com mais de 4 anos de empresa, e vários casos de colaboradores contratados em funções inferiores que hoje operam equipamentos e exercem outras atividades profissionais. Alguns chegam na empresa com vasta experiência, como é o caso de dois engenheiros.

Um fator que tem muita importância para os que empregam está relacionado com o desempenho profissional e a produtividade dos trabalhadores, que algumas empresas como a empresa “A” preferem chamar de “colaboradores”, usando a linguagem mercadológica do capitalismo. Comentando acerca do desempenho deles, a secretária afirma:

São bons profissionais, boa resistência física, cumprem com as regras, desempenham as atividades conforme orientação e, em sua grande maioria, têm fácil adaptação. Eles têm bom relacionamento e nunca tiveram nenhum problema com os colegas ou gerências. São super pontuais. Alguns são lentos em suas atividades, não têm tanta agilidade, porém costumam ter estabilidade no ritmo de produção. A área que mais emprega estrangeiros é a área de pavimentação.

---

<sup>22</sup>. Idem.

Como já referido outras vezes nesse trabalho, todos demonstram preocupação em ajudar familiares que permanecem no seu país de origem. Acrescenta a secretária:

Costumam repassar cerca de 30% do salário para a família. Muitos pensam em trabalhar e juntar dinheiro pra um dia poder voltar pra terra natal deles. O nosso problema é que eles não pensam em ficar aqui. Eles são muito família mesmo. Juntam dinheiro pra mandar pra família. Alguns vêm solteiros e constituem família aqui, mas alguns são casados.

Na análise da secretária executiva, que fala em nome da empresa “A”, há ainda outras características que credenciam os senegaleses como bons profissionais.

Com relação ao comportamento, não usam bebidas nos alojamentos. Entre eles o relacionamento é muito bom e costumam ajudar os companheiros novos. São críticos, questionam e argumentam. O importante para eles é o salário, e mostram sempre interesse nas horas extras. Preferem ficar em alojamentos separados dos brasileiros, tendo em vista seus costumes... Com relação às chefias, o relacionamento é bom; ouvem e seguem as normas. Não temos situações trabalhistas com relação a estes funcionários... O *turn over* é baixo. Comparamos os estrangeiros admitidos a partir de Janeiro deste ano, e constatamos que não houve abandono de emprego, pedidos de demissão ou dispensa.

Ao que foi possível constatar, a absoluta maioria dos senegaleses observa com rigorosidade a tradição muçulmana, incluindo o Ramadã. O reflexo dessa prática sobre a produtividade é muito pequeno, segundo a fonte que vimos citando. “Eles ficam fisicamente debilitados. Eles dizem que desde pequenos têm esse costume e já estão habituados com isso. É claro que sentem um pouco de fome e cansaço. A redução no trabalho é mais ou menos 10 a 15%. A gente fica com pena e fica pensando até que ponto isso vale a pena”. Sobre a saúde do trabalhador, além dos exames admissionais também são realizados exames periódicos. Quando algum funcionário fica doente, a psicóloga conversa. “Muitas vezes é saudade de casa, bate aquela depressão e a psicóloga entra em contato. Se for necessário, encaminha para essas clínicas conveniadas para fazer os exames”, afirma.

A respeito do apoio à formação, a secretária informa que inicialmente a empresa “A” oportunizou cursos de português em parceria com instituições de ensino do município de Erechim. Além disso, durante todo o período em que os imigrantes permanecem trabalhando,

a empresa oferece moradia, alimentação e baixada<sup>23</sup>. Em termos de salários, os valores são básicos e iguais para brasileiros e estrangeiros. Conforme informação prestada pela mesma fonte, o salário inicial de um servente é R\$ 824,00 e de um rasteleiro é R\$ 835,00. Todos, entretanto, com perspectivas de aumento salarial, acréscimo de horas extras e insalubridade e possibilidade de vir a desempenhar outras funções na empresa.

No que diz respeito à experiência inicial com o trabalho que realizam, uns têm e outros não. Porém, segundo a representante da empresa “A” isso não é problema, dado que eles aprendem muito rápido. A relação com o trabalho é tranquila, afirma essa mesma fonte:

Eles não veem o trabalho de servente, de roçada, operador de máquina e outras como difícil, insalubre, de sol a sol. Pra eles não têm essa questão de ruim. Eles veem aquilo como um emprego pra ganhar dinheiro. A mão de obra que eles desempenham aqui e na região é escassa. Pra gente até é uma situação mais confortável; eles trabalhando pra gente em virtude que são muito fiéis. Não veem aquilo como um problema, mas sim como uma solução pra ganhar o salário no final do mês e poderem destinar pra família.

De acordo com a empresa “A”, os senegaleses têm um regime de trabalho normal, igual a todos, ou seja, 44 horas semanais. A empresa ajuda esses trabalhadores a viabilizarem a renovação do visto de permanência no Brasil. “Alguns vêm com visto de um ano, outros de 6 meses. A gente tem que acabar cuidando para eles renovarem e continuar aqui”, declara a secretária da referida empresa. Do mesmo modo, a analista de recrutamento e seleção da empresa “B” avalia que o fato de terem visto temporário não dificulta a contratação. Segundo ela, a empresa tem interesse e ajuda a providenciar o visto de permanência para os imigrantes.

Segundo a representante da empresa “B”<sup>24</sup>, na referida empresa trabalham 15 senegaleses, sendo 14 homens e uma mulher na função de operadores de produção. O regime de trabalho é igual aos demais funcionários, ou seja, 44 horas semanais, com direito a Seguro Desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Plano de Saúde Unimed nacional. Eles também recebem transporte gratuito, almoço, participação dos lucros e resultados, atendimento odontológico na empresa, prêmio assiduidade (sacola de alimentos todo início do mês). Entretanto, diferentemente de outras empresas, essa não paga hospedagem em função

---

<sup>23</sup>. A “baixada” é um valor quinzenal oferecido pela empresa ao funcionário para poder visitar a família, quando essa não mora em Erechim. “Como eles são de outro país, ganham essa ajuda e normalmente juntam pra comprar passagem ou enviam pra família”, informa a entrevistada. Quanto à saúde, a empresa tem clínicas conveniadas para exames.

<sup>24</sup>. Entrevista realizada em 29 de setembro de 2014.

de que “foram eles que vieram procurar trabalho aqui e não foi a empresa que os procurou”, justifica a entrevistada, que também informa que o salário inicial é R\$ 998,31 e após dois meses de trabalho passa para R\$ 1.048,00. Ela avalia o desempenho dos senegaleses como muito bom. “Eles são bem pontuais e têm uma boa produtividade”.

No que se refere a preconceitos e discriminação por conta da cor, etnia, origem, cultura ou religião, a analista da empresa “B” afirma que não houve relato de nenhum caso até agora. “Ao contrário, existe muita curiosidade em conhecer os senegaleses, principalmente por parte das mulheres”. A representante da empresa “A” afirma:

Se tivesse e se sentiriam desconfortáveis eles fariam. Eles são bem pacíficos. Eu tenho três anos de empresa e nunca ouvi nada, nenhum comentário racista. Eles são ótimos colaboradores. Por parte da empresa não tem nenhum preconceito, mas por parte da sociedade a gente sabe que infelizmente existe. A gente tenta acolhê-los da melhor maneira possível.

Sobre o tratamento recebido no Brasil em função de ser de outro país, etnia, cor, o entrevistado “E” se mostra cauteloso. “Todo país tem gente que tem racismo e tem gente que não tem racismo. Aqui no Brasil tem gente brasileiro que são preto que não gosta de branco; aqui tem branco que não gosta de preto”. Segundo ele, ainda não sofreu discriminação no Brasil. Acerca de sua reação diante de um eventual tratamento preconceituoso, diz: “Se um dia eu estiver caminhando e alguém falar: ‘Oh, negro’, não tem problema, eu sou negro. Eu quero ser negro, eu gosto. Se você falar ‘negro’ eu não vou ficar bravo. Eu gosto disso, adoro”.

Quando o assunto é racismo, todos têm algo a comentar, pois sentem isso na pele.

Na verdade tem racismo. Aqui tem mais gente boa do que de racismo. Eu encontrei uma mulher quando entrei na (empresa “B”). Eu sempre cumprimento as gente. Essa mulher um dia disse: (Fulana) eu não gosta de você. Eu achei que era brincadeira. Eu perguntei por quê? Eu falei eu sou africana, mas eu sou brasileira. Você tem documento brasileira eu também. Eu falei: eu gosto de você. Mas me senti mal. Eu chora porque eu nunca vi gente que não gosta da gente. No meu país não tem racismo. Todo mundo é igual. Não tem discriminação de raça, nem religião nem de sexo no meu país (Entrevistada “G”).

O problema do preconceito, racismo, discriminação, muitas vezes, é relevado pelos migrantes por se acharem na condição de estrangeiros em busca de trabalho. Porém, não significa que os efeitos dessas práticas não tenham incidências dolorosas sobre quem as sofre.

Quase sempre sofrem calados essas consequências ou procuram se afastar de quem lhes faz mal, como mostra a entrevistada “G”:

Depois eu disse para meu chefe eu não sei por quê. E disse, eu quero sair da empresa (“B”). Ele disse, se você gosta fica pra trabalhar e ajudar sua família. Depois de 8 meses a mulher voltou a falar comigo e disse desculpa. Eu disse para ela por que? Eu é africana, mas gosta de todo mundo. Eu disse eu gosto de você, minha religião não permite de fazer racismo com gente. Você não gosta de mim, mas eu sempre gosto de você. Tudo bem não tem problema. Agora ela saiu da empresa (“B”). Ela faltou muito e a empresa mandou embora ela.

O entrevistado “E” afirma que veio a Erechim “só pra trabalhar” e ganhar dinheiro. “O dinheiro aqui é mais alto que o dinheiro de lá”. É recorrente a declaração de que desejam trabalhar aqui no Brasil para juntar dinheiro e depois voltar para o Senegal e instalar um negócio por conta. Ele explica que na África exerceu a profissão de soldador durante 10 anos, mas também já foi carpinteiro. Ao chegar em Erechim logo conseguiu emprego na empresa “A”, onde trabalha desde 2009. Relata ainda que está montando uma loja com *lan house* para fazer chamadas internacionais e vender roupas da África. “Eu to pegando o seguro desemprego. Eu quero ficar com ela (esposa), para ajudar cuidar meu filho.”

Nas entrevistas realizadas, não foi verificado queixas dos migrantes quanto a negação de direitos trabalhistas por parte das empresas a que estão vinculados. “Eles paga tudo direitinho. Cinco anos trabalhei lá, fui carpinteiro. É uma empresa boa pra mim”, afirma o entrevistado “E”. Entretanto, também percebe que a remuneração pode ser melhorada. “Eu ganhava 1.700 mais 300 e pouco de vale por mês... Se um dia eu pensar em voltar lá por 1.700,00 eu vou fazer uma proposta, eu não vou mais aceitar isso... Pra mim é pouco”. Em relação ao tipo de trabalho, mostra-se seletivo. “Graças a Deus eu nunca trabalhei no asfalto. Eu não gosto de trabalhar no asfalto. Acho que não é um serviço bom. É pesado. Eu tenho a minha profissão. Quero trabalhar de soldador, de carpinteiro. Eu nunca vou trabalhar no asfalto ou de servente”.

O trabalho é a preocupação central dos imigrantes. Em função dele, muitas vezes, se veem obrigados a abdicar de coisas fundamentais, como a convivência familiar. “O que eu penso que é ruim ficar longe da família. Quero juntar um dinheirinho e voltar para a África fazer uma coisa que é meu. Aí não preciso mais sair e ficar longe da família”, afirma o entrevistado “B”. Ele analisa a situação do Senegal da seguinte maneira: “Digamos que lá noventa por cento estão trabalhando, mas trabalham e ganham pouco. E 5% estão estudando.

O salário aqui é mais alto do que de lá. Um pedreiro profissional ganharia mais ou menos mil e cem reais lá”.

O entrevistado “F”<sup>25</sup> ressalta dificuldades econômicas enfrentadas pelos imigrantes. Ele afirma: “Aqui senegalês muito trabalhador e pouco dinheiro. Por que senegalês trabalha muito e ganha pouco? [...]. Ganha pouco, mil e meio, nada bom. Muito dinheiro na casa também. Muito caro. Aqui também comer muito caro”. A comparação com o salário de Senegal é imediata. O entrevistado “L”<sup>26</sup> declara: “Aqui é maior, mas não muito [...]. Às vezes é bom, mas às vezes...”

O entrevistado “B” conta que foi um dos primeiros senegaleses a chegar em Erechim. “Eu estou bem. Como se fala, se dança conforme a música”. Porém, além da “música” que toca aqui, verifica-se que todos têm a forte expectativa de um futuro melhor. Quase sempre esse projeto está para além-mar, no regresso à terra natal. Sobre o retorno para o Senegal, o entrevistado “B” declara: “Sempre o senegalês pretende voltar na sua terra. Eu não penso de vir aqui e morar para sempre. Eu penso em voltar para a África, mas quando voltar para lá ter algo para mim”.

Quanto à atividade que realiza em Erechim, o entrevistado “B” explica que já trabalhou no asfalto, mas agora vai trabalhar em serviço de roçada. Perguntado se não julgava ser um trabalho pesado, diz: “Tem dias que é pesado, tem dias que é mais ou menos”. Ele considera que a empresa onde está vinculado “paga direito e ajuda muito”, inclusive com alimentos.

A entrevistada “D”, 29 anos, casada, mãe do primeiro senegalês que nasceu em Erechim, conta que sua primeira preocupação é cuidar do bebê e quando ele crescer um pouco também irá trabalhar para ajudar a família que ficou no Senegal. Lá ela trabalhava em *call center*, mas confirma o que outros destacam, ou seja, a dificuldade de encontrar trabalho com boa remuneração. Quanto à documentação afirma que está tudo tranquilo e “com o bebe é mais fácil”.

A entrevistada “G”<sup>27</sup>, 34 anos, que mora com a irmã gêmea e o sobrinho (bebê), os quais vieram recentemente de Senegal, explica que o pai trabalhou 10 anos na embaixada do Senegal em Brasília e depois voltou para a África, tendo falecido em 2007. Como todos, entre suas preocupações centrais e compromisso concreto, está a ajuda econômica aos irmãos,

---

<sup>25</sup>. Entrevista realizada dia 11 de setembro de 2014.

<sup>26</sup>. Entrevista realizada dia 11 de setembro de 2014.

<sup>27</sup>. Entrevista concedida dia 09 de novembro de 2014.

irmãs e mãe que permanecem no país de origem. Ela destaca que lá “não é todo mundo que consegue trabalho. Lá eu fazia agente comercial. Era contrato de 3 meses ou 6 meses. Depois saia procurando de novo. Era trabalho temporário”.

Tendo nascido no Brasil e vivido 30 anos no Senegal, a entrevistada “G” considera-se uma brasileira.

Eu gosta daqui. O Brasil é meu país. Eu sempre tinha vontade de vir pra Brasil. Eu não conhecia ninguém no Brasil. Minha mãe conhecia uma família que morava em Brasília. Antes de eu vir pra cá ela escreveu uma letra pra eles. E daí eles não responderam. Acho que eles mudaram de endereço. Daí eu conheci uma amiga que o marido dela mora em São Paulo. Aí eu conversei com ele e ele disse pode ser, pode vir, tudo bem. Eu fui até Lisboa depois peguei um avião pra São Paulo.

Sua trajetória em busca de trabalho continuou.

Quando cheguei em São Paulo eu procurei logo trabalho. Eu tinha pressa de trabalhar pra ajudar minha família. Eu comecei a trabalhar na casa de carnes, mas eu não gosta disso. Fiquei só um mês. Depois eu conheci amigo senegalês que disse que tinha uma namorada senegalesa que mora em Erechim. Ele disse você pode vender orloge (relógio). Eu disse, eu não quero vender, eu quero trabalhar. Pra mim é melhor. Eu não gosto de vender. Ele disse que aqui tem bastante trabalho. Eu disse não conheço ninguém ali. Ele disse tudo bem, vou conversar com minha namorada lá. E eu vim pra cá.

Depois de entregar ficha em três lugares, em uma semana começou a trabalhar na empresa “B” como auxiliar de produção. Ela mostra-se satisfeita com o trabalho, mas diz querer estudar para ser promovida e melhorar o salário. Atualmente ganha R\$ 1.048; com o desconto fica R\$ 900 e pouco. Além disso, “ganho sacola todo mês, tem ônibus, tem remédio. Todo final de ano tem participação de lucros. Tem brindes de Natal também”.

Na lógica capitalista, o trabalho é visto como meio de gerar lucro e acúmulo de capital. Os imigrantes acham-se inseridos nesse contexto. Porém, para eles o trabalho tem um sentido diferenciado. Não fazem dele um meio de obter e acumular dinheiro de modo individualista. Alguns demonstram intenção de estudar para melhorar a renda. Porém, sempre com o interesse de ajudar a família. O espírito solidário os distingue. Para eles, o trabalho não está desvinculado do mundo da educação (em sentido amplo), da cultura e da religião, antes sim é um elemento desse conjunto.

## 5. EDUCAÇÃO ALÉM-FRONTEIRAS

Em dados contextos, os processos educativos podem fortalecer a identidade pessoal e coletiva, a interculturalidade e a cooperação, ou, em circunstâncias adversas, podem representar mecanismos de opressão e colonialismo. Esse capítulo enfocará com mais objetividade a questão da educação. Num primeiro momento, tratar-se-á de uma experiência de educação de jovens e adultos em desenvolvimento na cidade de Erechim, da qual participa um grupo de imigrantes. Após, serão feitas algumas observações apontando para os desafios que se colocam para o mundo da educação que se pretende emancipatória e cidadã, ou seja, a necessidade de sua opção descolonial.

### 5.1. UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA

Ao refletir sobre o tema da educação, leva-se em conta os processos educativos amplos, abrangendo as modalidades formais, não formais e informais, conforme exposto no referencial teórico. Tem-se também como pressuposto a compreensão de que a educação pode, por um lado, desencadear processos colonialistas ou, por outro, processos emancipatórios, como já referido. Ademais, como se trata de imigrantes, é necessário considerar os processos educativos que se desenvolvem em seu país de origem, bem como aqueles que continuam ou descontinuam nos ambientes em que se encontram atualmente, no caso, na cidade de Erechim. Ainda que brevemente, serão destacados alguns aspectos nesse duplo cenário.

Em se tratando das práticas educativas nas escolas senegalesas, Abdou Sané (2010, p. 2-3) afirma que

principalmente em sala de aula, proibem qualquer comunicação entre alunos em seus idiomas maternos ou paternos, sob pena de alguma forma de sanção caso isso aconteça, dado o ato tipificar-se como desrespeito às regras de conduta em ambiente escolar. Neste caso, vemos que o idioma francês, no Senegal, e o idioma português, em Moçambique, continuam mantendo e ocupando seu prestígio como língua não só de unicidade, mas também um factor socializador dos diversos grupos que compõem a sala de aula, pois esses idiomas atuam como sendo a língua de todos.

A obrigatoriedade do sistema linguístico uniforme – no Senegal, particularmente, o francês e não o wolof, que é a língua oficial do país – guarda clara intencionalidade colonialista. Boubacar Barry, historiador da Universidade de Dacar, analisa a experiência alternativa da escola de Dacar. Segundo ele, (*apud* SANÉ, p. 5) “a escola de Dacar se distingue pelo seu carácter multinacional e multidisciplinar, ela servia de ponto de referência da inteligência da África ocidental francesa e da África equatorial francesa, que o poder colonial tentou moldar à sua própria imagem”. Essa escola possuía um projeto anti-colonial, valorizando as práticas culturais locais, porém sua proposta acabou desviando-se do propósito original.

De acordo com Sané (2010, p. 5),

nos anos 80, o governo iniciou uma política de alfabetização em idiomas nacionais [...]. Foi o início de um projeto de descolonização da educação no Senegal e da valorização das línguas senegalesas. Todavia, este projeto se contradizia em vários fatores. Um deles foi a política de padronização da língua culta, o francês era entendido como língua da escola, do trabalho, e de união nacional, sabendo que nem toda população fala o idioma colonial. A falta de manual adequado e profissionais capacitados para tornar possível o projeto, foi um desafio na organização de um novo modelo do ensino no Senegal.

É significativo também recordar que Senegal possui uma história de pouco mais de 50 anos de “independência” formal. Esse tempo não foi o bastante para superar o modelo colonizador, que segue sendo reproduzido por meio do sistema educacional. Segundo o autor que vimos citando,

o sistema de ensino senegalês ainda está influenciado pelo sistema de ensino francês, isso porque a maioria dos estudantes desejam terminar seus estudos superiores na França para gozar de certos privilégios no mercado de trabalho já que formar-se na França equivale ao “saber tudo”. Os governantes têm uma cultura pautada no envio de seus filhos para estudarem em escolas francesas ao invés de se pautarem pela melhora do sistema local que agregaria a vantagem de beneficiar todos os senegaleses a obterem uma formação adequada e de qualidade. A negligência na educação e a falta de compromisso com ela é um dos fatores do fracasso escolar no país (SANÉ, 2010, p. 5).

A falta de potencial econômico e/ou de opção política para maiores investimentos na área da educação tende a manter o projeto colonial e o subdesenvolvimento. Por fim, Sané (2010, p. 7 – 8) aponta os efeitos dessas fragilidades.

Consequentemente, essas escolas formam pessoas que não encontram sintonia com os requisitos de trabalho no mercado, jogando-as na indústria do desemprego crônico. A falta do devido interesse atribuído à formação técnica e profissional em África, reduz as possibilidades de ver os países africanos, o Senegal e Moçambique em particular, de se beneficiarem de competências qualificadas capazes de promover seu desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico acelerado.

No Brasil, em geral, os imigrantes senegaleses se inserem de maneira subordinada nos espaços de trabalho. Basicamente por conta da necessidade de aprender o idioma português um grupo deles, na cidade de Erechim, participa de um projeto de alfabetização dentro do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) vinculado à Secretaria Municipal de Educação. O projeto resulta de um convênio entre a Prefeitura Municipal e a Faculdade Anglicana de Erechim (FAE), sendo que a primeira disponibiliza um professor e a segunda a estrutura física para a realização das atividades.

Esse projeto tem se constituído em um dos espaços principais de observações e diálogos acerca dos processos educativos que envolvem os imigrantes em Erechim. A entrevistada “H”<sup>28</sup>, que é professora municipal e atua no projeto desde o início de 2014, conta que o mesmo surgiu por necessidade apresentada pelos próprios imigrantes, tendo começado em setembro de 2013.

Na verdade era um projeto do professor Pedro da FAE. Foi ele que começou porque eles vinham até aqui pedir ajuda em função de que sabiam que aqui é uma igreja anglicana. Eles começaram a pedir se não tinha aula de língua portuguesa. Queriam aprender português. Ele tinha muito contato com eles na rua. [...] Surgiu em função das pesquisas dele. Estava estudando isso.<sup>29</sup>

Há cerca de 40 imigrantes inscritos, mas os que frequentam com maior intensidade são uns 25. As atividades ocorrem nas segundas, terças e quartas-feiras no período da noite, único tempo disponível, pois durante o dia precisam trabalhar. O horário de chegada é muito variado por conta do trabalho e dos compromissos de manutenção da casa, preparo da comida, etc.

O entrevistado “I”<sup>30</sup>, representante da Secretaria Municipal de Educação, referindo-se a esse projeto, afirma:

<sup>28</sup>. Entrevista concedida dia 17 de novembro de 2014.

<sup>29</sup>. Pedro Acosta Leyva é sociólogo cubano. Atuou na FAE como professor e atualmente é docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

<sup>30</sup>. Entrevista concedida dia 25 de novembro de 2014.

É uma forma de incluir na sociedade quem vem de fora, através da educação. A maioria não fala a língua portuguesa. O curso é bastante voltado para as noções elementares para que consigam desenvolver atividades com maior facilidade, mas também são trabalhadas outras áreas. É o primeiro passo. Por isso não é bom parar aí. Eles podem depois frequentar um curso técnico, fazer o ensino médio ou até uma faculdade. Muitos deles, inclusive já têm ensino superior e falam várias línguas.

O curso não é exclusivo para senegaleses. Atualmente, a maioria são imigrantes haitianos. Entretanto, o projeto inicial tinha o intuito de atender os imigrantes oriundos de Senegal. A entrevistada “H” faz uma observação importante quanto à participação.

Senegaleses vêm entre 6 e 8. Eles não vêm por causa dos haitianos. Tem alguma coisa na história da África e do Haiti que não fecha. No primeiro dia que vieram os haitianos, em agosto, entrou um senegalês e disse: "Haitiano tem que respeitar senegalês, porque haitiano acha que africano é escravo e africano não é escravo" [...]. Os haitianos se impõem, mas os senegaleses querem respeito. Os senegaleses são de uma concentração, de um respeito, de uma atenção totalmente diferente. São mais tranquilos, mais calmos pra falar. Eles querem se fazer entender. Falam menos e os haitianos tem essa cultura latina de falar mais alto.

A entrevistada “H” fala ainda do desafio colocado pelo projeto, pois ela não domina o francês (língua comum entre os imigrantes), nem o crioulo haitiano (idioma oficial do Haiti), nem o wolof (língua falada no Senegal).

No começo o meu cérebro fervia porque a proposta do EJA é alfabetização. No início do ano eu trabalhei isso, mas no segundo semestre não convinha eu trabalhar alfabetização. Não tem nada a ver, porque essas pessoas são alfabetizadas. Eles precisam aprender é língua. No começo eu tentei, mas não deu certo. Isso tudo é novo, não tem material, não tem nada. Eu tenho que preparar as minhas aulas em cima daquilo que eu vou vendo com eles, que eu vou construindo, o que eles pedem, o que precisam saber, onde precisam ir, o que precisam comprar, vestir, comer, de que forma eles vão ter que ir. Eles querem dessa forma... Eu trabalho a partir das coisas que eles vão me perguntando.

Apropriadamente observado, não se trata de “analfabetos”, expressão considerada por muitos como altamente preconceituosa, mas sim de pessoas que apenas não dominam o idioma português, para o que seria adequado um curso de língua. De acordo com Galvão & Di Pierro (2007, p. 10), “a palavra *analfabeto* é, na sociedade brasileira contemporânea, com poucas exceções, carregada de significados negativos. Podemos inferir, também, que a relação que as pessoas, de modo geral, tem com o analfabeto é mediada por preconceitos, por pré-julgamentos, por estigmas”.

De acordo com o entrevistado “I”, “a professora tem autonomia para trabalhar com o grupo. Ela tem o perfil adequado, uma boa caminhada e uma relação de parceria com eles. Eles têm uma reciprocidade muito grande, são atenciosos e educados. É uma turma que todo professor gostaria de ter”.

Segundo a entrevistada “J”, da coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), os imigrantes envolvidos no projeto “fazem atividade, respeitam, valorizam, são limpos, caprichosos, asseados, educados, interessados”. Também afirma que eles “não permanecem (no projeto), não tem ambição”. A fala destacando as características “limpos, caprichosos, asseados” reflete a construção histórica de um estereótipo a respeito do negro.

O método utilizado pela professora para o ensino da língua portuguesa está diretamente associado às necessidades da vida cotidiana, conforme as demandas dos próprios imigrantes. Trata-se de uma metodologia essencialmente prática, pragmática, participativa e dialógica, como expressa a entrevistada.

Eles pedem muito (verbos), mas se eu largo o verbo solto não vai saber utilizar nunca. Então a gente constrói o vocabulário juntos, lê textos juntos e procura sempre mostrar o significado e as formas. Uma coisa bem interessante é o google imagens, porque se eu não consigo me expressar de forma que eles entendam, se é uma palavra que possui imagem, eu mostro a imagem. Mas, por exemplo, hoje o “Y” (citando o nome do estudante) queria saber o que era uma pessoa que “tudo eu, você nada... eu tudo, carro, casa, roupa. Tudo eu, você nada... o que é isso?” Nós ficamos 20 minutos pra nos entender até descobrir que a palavra era egoísmo. Aí eles concluíram que em francês é a mesma porque as duas línguas derivam do latim.

A construção do conhecimento, pois, exige partir da realidade concreta e criar alternativas pedagógicas, como ensinou Paulo Freire como as “palavras geradoras” (FREIRE, 1980). Nesse ambiente de interconhecimentos e aprendizagens mútuas, exercita-se aquilo que Boaventura de Sousa Santos (2008) denomina de “ecologia de saberes”, que tem entre seus pressupostos básicos o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, a superação da monocultura da ciência e o enfrentamento do colonialismo.

A experiência em questão revela a importância fundamental de conhecer a palavra para ler o mundo, ou seja, decodificar o mundo por meio das novas palavras. Palavras essas que não se resumem na simples tradução de um idioma para outro a fim de decifrar o novo mundo, mas que também incorporam seus sentidos políticos e sociais nem sempre conhecidos. Desse modo, a leitura do mundo, pelo imigrante (tanto do mundo de onde ele

veio como do que se encontra agora), muitas vezes, acaba ficando confusa ou ambígua tal como ocorre com as palavras.

Por exemplo, nós trabalhamos na semana passada a letra “C” com som de “S”. Pegamos cimento “C-I”. Mas “C-I” não é “Qui”? Não, cimento é com “C”. O som é diferente. Eu vou pegando coisas que eles vão me trazendo às vezes sem querer... Um dia ele perguntou: Como fala meia? No outro dia eu preparei uma aula toda do vestuário: “Porque meia é meia se ela é inteira?”. Meia de usar no pé, mas eu posso ter meia maçã, meia laranja... Assim que eu construo. Mas, às vezes, eu também penso que eu possa estar fazendo totalmente errado. Hoje eu coloquei alguns substantivos: Homem... características desse homem. Aí eles foram listando coisas que eles sabiam, coisas que falavam em francês. Aí chegou na camisa... a camisa colorida, que cor? Aí gera outras coisas... Vou puxando...

A professora entrevistada afirma que, diante desse mundo enorme que se abre à sua frente, formado por pessoas que vêm de outro continente, de outra cultura, com outros costumes, com ricos conhecimentos e vivências, ela se sente muito limitada.

Mas isso pra mim enriquece muito, porque é o contato com outras culturas. Mas eu sempre falo: Eu não sei nada. Como eles sabem muito mais que eu! Como eles têm muito mais visão que eu. Vê a “X” (citando uma senegalesa), que pessoa iluminada, pessoa que vai, luta, busca, fala outra língua, quer aprender... A cultura que eles trazem, eu penso ‘Meu Deus eu não sei nada’.

A posição crítica acerca do processo educativo assenta uma base forte exatamente sobre essa consciência de que todo conhecimento é importante e de que todos têm conhecimento sobre algumas coisas e ignorância sobre tantas outras. Nesse sentido, afirma Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 163):

A ecologia de saberes visa ser uma luta não ignorante contra a ignorância. [...] Entre conhecer e ignorar há uma terceira categoria: conhecer erradamente. Conhecer erradamente é ignorância não assumida. Por isso, todo o acto de conhecimento contém em si a possibilidade ser ignorante sem saber. Ou seja, a ignorância nunca é superada totalmente pelo saber.

O interesse em conhecer o desconhecido, decifrar os códigos e descobrir o novo é condição indispensável para enfrentar a ignorância como uma luta não ignorante. Às vezes, isso requer a repetição e o uso de todos os recursos disponíveis, inclusive os tecnológicos, uma vez que estamos na era da tecnologia. No exercício da decodificação do mundo, é imprescindível a cooperação, pois como afirma Paulo Freire (1983, p. 63), “ninguém educa

ninguém; ninguém se educa a si mesmo; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Eu repito muitas vezes, várias, bastante. Primeiro porque eu acho que eles trabalham muito e chegam muito cansados. Eles anotam. Alguns anotam, por exemplo, "camisa". Do lado eles colocam em francês. Se eu falo, por exemplo, "vergonha". Adjetivo "vergonha". "Eu vergonha?". "Não, você envergonhado". Perguntou se tinha outras palavras. Eu disse: "tímido", e ele anotou e do lado colocou em francês. Tem um outro que fala só inglês, é de Gana. Ele está sempre com o celular do lado e fazendo tradução, pesquisando. Se ele não entende, pergunta. Ele pede pra mostrar imagens.

A professora também destaca que os imigrantes/estudantes pedem material didático adequado para a aprendizagem da língua, condição básica para a sua inserção e integração social no novo “mundo”.

Eu acho que seria bom, porque eles questionam muito sobre o material. Na aula sobre Semana Farroupilha, um haitiano me questionou: “Isso é aula de que? De língua? literatura? De história?” Eu acho que tem muita coisa que precisa ser mudada, porque é uma experiência nova e ninguém tinha conhecimento [...]. É novo pra todo mundo. Eles não tinham dimensão das coisas. Ninguém sabia. Dentro do CEJA no plano deles tem esse módulo que é alfabetização, mas não sabiam onde se encaixar [...]. Eu tenho que seguir uma coisa lá, mas qual é a necessidade deles aqui? Por exemplo, dentro do módulo I e II tem matemática. Eles têm que aprender somar, dividir... Eles sabem fazer isso, mas eles não sabem como ir comprar uma calça e pedir o preço. Porque eu vou ensinar a somar e dividir se eu sei que eles precisam se comunicar?

Os participantes do projeto demonstram que gostam de aprender, bem como do método utilizado pela professora. O projeto contribui muito para a aprendizagem da língua e para a socialização dos imigrantes, o que para alguns se constitui em um dos únicos espaços disponíveis. A professora afirma: “Por exemplo, esse senhor vem de Gaurama todas as noites [...]. Ele colhe ovos em uma granja. Vai se comunicar como e com quem? [...]. Se comunicarem, conhecer outras pessoas os engrandece. Você passa na rua e cumprimenta eles, eles se sentem acolhidos”.

O entrevistado “I” relata que o curso oferecido por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), em parceria com a FAE e com a empresa Aurora, tem muito boa receptividade entre os imigrantes. “Um imigrante disse: ‘nós estamos surpresos que vocês nos ofereçam esse curso porque na nossa pátria não temos isso de graça. Temos muito a agradecer’”.

A entrevistada “H” também analisa o problema do preconceito que está enraizado, sobretudo, nas culturas de descendência europeia, que muitas vezes os imigrantes sofrem.

Tem muito preconceito [...]. A “X” (citando o nome de uma imigrante senegalesa) falou que lá na empresa onde trabalha perguntaram se ela morava em árvore [...]. Eu vou ser bem sincera. Eu era muito preconceituosa com muitas coisas. Esse ano eu aprendi que preconceito é bobo, é coisa idiota [...]. Eu já ouvi muita gente: “Tomara que você termine logo as suas aulas e que eles voltem todos pro país deles”. Eu vejo que as pessoas têm muito preconceito: “Ah, tão roubando nosso espaço, comendo nossa comida, trazendo doença, tirando nossos empregos”. Tem muito disso, coisas que eles relatam pra mim. E eu me sentia tão mal em saber que eu pensava da mesma forma.

Ao contrário, o respeito pela pessoa, pela cultura, pela história, pelo conhecimento do outro gera processos educativos marcados por vínculos de amizade, de comprometimento, de colaboração, de construção coletiva, de corresponsabilidade. A professora considera o projeto emancipador, embora afirme ser necessário mudar muitas coisas, repensar, refazer.

Ao abordar a questão do estudo/escolarização, o entrevistado “A” afirma que todos os que estão morando com ele no Bairro Atlântico (grupo de 15 pessoas) estudaram no Senegal. Ele conta que também estudou na Escola Estadual Érico Veríssimo, em Erechim, de 2010 – 2013 e que agora está aprendendo a escrever português. Diz que pretende voltar a estudar, mas falta tempo. No Senegal, cursava o *Al Quran* que é o estudo do livro sagrado. “O Al Quran é um estudo bom, mas depois eu disse pra meu pai, não quero mais, eu quero estudar pra motorista. Agora sou operador de máquina (rolo)”, explica.

Em Senegal, existem dois tipos de escola: a francesa e a muçulmana. Os alunos que estudaram na escola muçulmana seguem rigorosamente a tradição da religião, além de aprenderem também o árabe. Os senegaleses que estudaram em escolas francesas tiveram a oportunidade de aprender outras línguas além do francês, como o espanhol e o inglês. Em alguns casos, até o alemão e o português. Em ambas as escolas, o dialeto é a língua mais falada entre eles.

O entrevistado “E” explica que no Senegal não teve tempo para estudar, dado que seu pai faleceu quando ele tinha 12 anos e então precisou trabalhar.

Agora estou vendo que preciso. Primeiro eu quero aprender a ler e escrever, depois eu vou tentar fazer outra coisa... Eu sou uma pessoa que não quero ficar atrás de outra pessoa... Estudar é muito bom. Tem gente que tem tempo, tem gente que gosta de fazer isso. Tem gente que não gosta. Toda minha família tem bastante que

estudou. Quando eu era pequeno meu pai e minha mãe me bateu: "Tem que estudar". Mas eu tenho uma cabeça dura. Se a gente não quer uma coisa não adianta.

O entrevistado "C" fala fluentemente o wolof, o português e o francês. Relata que estudou até o final do primeiro grau e, que embora gostasse de continuar estudando, isso se torna muito difícil em função do trabalho. A entrevistada "G" explica que concluiu o ensino médio no Senegal e manifesta interesse em fazer um curso superior, Engenharia de Alimentos ou Segurança do Trabalho. Para tanto, se prepara para fazer vestibular, ao mesmo tempo em que aguarda possibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Erechim abrir vaga em regime especial a fim de realizar seu sonho. A entrevistada "D" também concluiu o segundo grau em seu país de origem e afirma querer estudar na faculdade, na área de informática.

A presente pesquisa, ao analisar a situação dos imigrantes em Erechim, não pretende apenas cumprir com a exigência de elaboração de um trabalho acadêmico para conclusão de curso. Ao levantar informações e refletir sobre essa realidade, embora com todas as limitações possíveis, busca de alguma forma contribuir com a inserção desses sujeitos em espaços de educação formal junto a instituições de educação superior pública federal (*anexo 7.1*).

## 5.2. EDUCAÇÃO E OPÇÃO DESCOLONIAL

A análise que o entrevistado "B" faz da França, país que colonizou Senegal, é muito significativa. Demonstra uma profunda consciência crítica acerca da relação colonialista e exploratória que se estabeleceu. Perguntado se gostaria de morar e trabalhar naquele país, afirma:

Olha, eu não. Não gostaria porque os franceses usaram muito a África. Por culpa deles a África não cresceu até hoje. Setenta por cento do que os franceses estão comendo vem da África, da agricultura. Senegal foi colônia francesa. Senegal teve sua independência em 1960. Eles pensam que sabem tudo, que a gente da América Latina e da África é inocente, ingênuo (...). A gente da Europa é assim mesmo, usaram todo o mundo, não só a África.

Em sequência, enaltece o país de origem, seu povo, sua história, sua identidade, sua cultura.

Todos os países africanos olham para o Senegal porque o Senegal é um país de paz, que recebe gente com alegria, é gente aberta. Tu pode chegar lá bem tranquilo que ninguém vai te discriminar. Sempre é paz. Graças a Deus, nunca houve guerra civil no Senegal. Tem muitos países da África que têm sempre guerra civil, mas no Senegal nunca teve graças a Deus. Sempre quando tem guerras, quem vai morrer são os inocentes.

Catherine Walsh propõe a perspectiva da interculturalidade crítica como forma de superação da pedagogia descolonial. E afirma:

A interculturalidade crítica (...) é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. (...), é um projeto de existência, de vida. (WALSH, 2007, p. 8)

Com a abolição da escravatura, os africanos e afro-brasileiros tornaram-se, perante a lei, livres e iguais ao homem branco. Porém, sabe-se que, na realidade, a submissão, a escravidão e a desigualdade continuaram e permanecem até nossos dias. Isso se pode verificar em muitos lugares e de muitas maneiras. Após a abolição da escravatura, procurou-se camuflar o problema do preconceito em função da raça através da ideia da democracia racial (Darcy Ribeiro, 1995), o que desencadeou o fenômeno do branqueamento. A democracia racial, como ideologia, se constituiu em um fator complicador da situação do negro, encobrendo os conflitos étnicos e inibindo o combate do racismo.

Em nosso país, a democracia racial e social é uma falácia, pois não existe democracia plena onde se mantém o trabalho escravo, a concentração da terra e da renda; onde crianças morrem de fome; onde grande parte da população ainda não possui as condições necessárias para uma vida decente. Portanto, o Brasil continua com uma grande dívida em relação à população negra e indígena.

Na tentativa de diminuir esse abismo existente entre negros e brancos, cem anos depois da abolição da escravatura, a Constituição Federal (1988), em seu artigo 5º afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Porém, permanece a pergunta: Até que ponto isso garante a

igualdade de oportunidades? Em um país marcado pela exclusão social, como fazer valer a lei da igualdade a uma população historicamente tratada como desigual?

Na sociedade atual, o preconceito racial se mantém e se reproduz de muitas maneiras. Às vezes ele toma formas mais explícitas através de piadas, da preferência de brancos para ocupar certos postos de trabalho, etc. Outras vezes, dá-se de forma velada ou subliminar. Diversas expressões utilizadas no cotidiano associam o negro a ideias negativas, reproduzindo o racismo sem disfarce e carimbando estereótipos. Entre elas: “*Tinha que ser preto*”, “*serviço de negro*”, “*a coisa está preta*”, “*página negra*”, “*denegrir*” e outras. A discriminação étnico-racial no Brasil impediu, por exemplo, a igualdade de acesso à educação, saúde, trabalho e propriedade.

A ideia de raça deve ser entendida como um elemento da cultura humana, não como uma categoria própria do ambiente natural. Para Katz (1982), “os mecanismos perceptivos podem ter um importante papel no desenvolvimento e na manutenção do preconceito. Assim, quanto mais se ignoram as diferenças entre grupos raciais e quanto mais se ignoram as diferenças individuais entre membros de grupos de minoria, mais se reforça a base perceptiva para a manutenção do preconceito” (FAZZI, 2004, p.92).

De acordo com Benincá (2006, p. 130-131),

as identidades grupais são, antes de tudo, uma construção histórica. Enquanto a *identidade negra*, por exemplo, foi estruturada basicamente a partir da *cor/raça* (daí o preconceito racial), a *identidade branca* se fez muito com base no *trabalho e na religião*. A rigor, ser negro ou ser índio no Brasil não é apenas uma questão de pigmentação ou de melanina, mas tem profundas incidências políticas e ideológicas. Desse modo, a pobreza e a marginalização étnico-social estimularam o processo de homogeneização cultural ou *deculturação unificadora*.

Segundo a visão preconceituosa do senso comum, “o negro seria preguiçoso, indolente, caprichoso, sensual, incapaz de raciocinar. Já o branco seria empreendedor, disciplinado, inteligente [...]. Estava, desse modo, ‘justificado’ o domínio colonial e a exploração do europeu sobre outros povos. Desvantagens sociais, políticas, econômicas ou culturais também passaram a ser atribuídas a desigualdades inatas entre os homens” (Bento, 2002:25).

Para superar o preconceito racial é necessário que os grupos discriminados em função da cultura, da raça e da etnia lutem pelo direito à diferença, ao mesmo tempo em que estabeleçam lutas pelo direito à igualdade do ponto de vista socioeconômico e político. O

debate étnico-cultural está no centro das grandes questões da constituição do povo enquanto Nação.

Em se tratando dos processos pedagógicos que envolvem os marginalizados da sociedade, no caso específico os senegaleses, pode-se fazê-lo de maneira subordinativa ou colonialista. Para ser efetivamente popular, a educação necessita superar toda forma de colonização e orientar-se por epistemologias que emancipam e libertam. Precisa construir paradigmas alternativos, “suleando” suas intencionalidades e suas práticas, como propõe Paulo Freire (1991), em substituição ao conceito “nortear”.

O termo “sulear” infere o compromisso de resistência contra o capitalismo e a luta pela autonomia e cidadania dos povos colonizados. Na concepção de Freire, “sulear” corresponde a “uma ação autônoma desde o *sul*, enfrentando a integralidade das questões presentes na colonialidade do saber e do poder que tem a ver com outro projeto de vida envolvendo a cultura, a economia, a política, a ciência e outras dimensões” (*apud* ADAMS, 2010, p. 386).

A noção freireana está em sintonia com o conceito paradigmático das Epistemologias do Sul, amplamente trabalhado por Boaventura de Sousa Santos (2008). “A expressão *Epistemologias do Sul* é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo” (TAVARES, 2009). Aponta, por outro lado, para um caráter transgressivo da ordem vigente, vindo a propor alternativas teóricas e práticas de emancipação dos grupos, culturas e povos silenciados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe agora apontar alguns aspectos mais relevantes percebidos ao longo da realização deste trabalho. Em primeiro lugar, destacamos a atualidade e importância do tema escolhido, em suas múltiplas dimensões e interfaces com a Pedagogia, entendida como uma ciência que estuda os processos educativos nos âmbitos formais, não formais e informais. O assunto das migrações internacionais é revelador de muitos elementos políticos, sociais, econômicos, culturais e também educacionais dos quais não é possível descuidar. Como afirmam João Carlos Tedesco e Denize Grzybovski (2011, p. 337):

O fenômeno migratório deve ser visto como um “fato social” amplo, “totalizante” do mundo atual, de experiências humanas de mudanças sociais (aspirações, emancipações) que refletem múltiplas relações, dimensões políticas, religiosas e identitárias de ambas as sociedades envolvidas. É uma dinâmica que não possui um só vetor e nem um só espaço e tempo; alimenta-se por múltiplos processos do mundo contemporâneo.

Ressaltamos a aprendizagem possibilitada por meio desse estudo e, particularmente, das entrevistas e diálogos realizados com os senegaleses. Mais do que simples contatos técnicos ou acadêmicos, os encontros foram carregados de simbolismos, de troca e de vida. Em alguns momentos foi notável que o fato de me apresentar como estudante universitária que estava fazendo uma pesquisa causava desconfiança e receio. As razões desse desconforto em conceder informações a uma pessoa desconhecida são perfeitamente compreensíveis, considerando-se a condição dos migrantes, alguns deles recém-chegados.

Essa reação gerou um processo altamente pedagógico, levando a repensar a metodologia da pesquisa. Foi necessário dedicar um tempo para construir relações de confiança, por meio de encontros e diálogos desinteressados. Esses momentos foram muito ricos e possibilitaram aprender com a beleza e a riqueza de sua cultura, construir amizades, usufruir de seu espírito de generosidade e identificar demandas.

Entre as demandas constatadas, salientamos duas que consideramos de fundamental importância. A primeira delas diz respeito a um dos objetivos maiores da Pedagogia, que é o de criar as condições da possibilidade para a ação educativa. Ao longo dos diálogos, uma mulher senegalesa manifestou o desejo de ingressar na Universidade. Diante dessa demanda,

nosso papel foi o de dialogar sobre as opções existentes em Erechim, particularmente com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal da Fronteira Sul. Em seguida, formulamos, conjuntamente com os interessados, um documento que foi encaminhado ao Instituto Federal a fim de solicitar a criação de vagas suplementares para atender aos senegaleses que já concluíram o ensino médio em seu país de origem.

Ademais, percebeu-se também a necessidade de repensar a proposta de “alfabetização” ofertada, visto que os imigrantes que estão participando já são alfabetizados. Seria importante reformular o projeto, privilegiando o ensino da língua portuguesa, noções de História do Brasil e da região, questões de cidadania, legislação, etc. Embora haja essa preocupação de ensinar a língua e apresentar uma visão ampla da realidade brasileira por parte da professora, o curso pensado de forma interdisciplinar poderia contribuir ainda mais com os processos de formação e integração dos imigrantes na realidade local. Por outro lado, seria importante que houvesse curso específico de língua associado à alfabetização para casos de imigrantes não alfabetizados em seu país de origem.

Outra necessidade verificada diz respeito a um espaço adequado para o encontro dos migrantes senegaleses, onde possam exercitar sua cultura, costumes e religiosidade. A existência de um espaço para essa finalidade é essencial, como verificamos em São Paulo com os migrantes bolivianos. Práticas coletivas servem para manter viva a identidade; para fortalecer quem está distante de sua pátria e de seus familiares; possibilitar a entreatada e, inclusive, criar condições para enfrentar processos colonialistas.

Em se referindo a serviços que poderiam ser prestados na cidade em vista de melhorar as condições de vida e de permanência dos senegaleses em Erechim, o entrevistado “E” diz que seria importante que houvesse um posto da Polícia Federal para realizar a renovação do visto de permanência, sem precisar ir a Passo Fundo. Alguns destacaram que esse local destinado para os migrantes poderia também servir de posto de informação e de organização documental para encaminhamento da renovação de vistos.

Esse estudo permanece em aberto e sem conclusões definitivas, pois elas não existem. Consideramos fundamental ampliar a pesquisa e a análise do fenômeno migratório sob os mais diversos aspectos para melhor conhecer a realidade. Entendemos que essa é uma exigência e uma condição indispensável para fortalecer iniciativas institucionais, comunitárias e pessoais no sentido de promover a integração e a cidadania dos migrantes. Creemos, por fim, que o direito de ser humano e de viver com dignidade não tem fronteiras.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. Sulear. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- APPLE, Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando (org.). *Educação Crítica: análise internacional*. Porto Alegre: ArtMed, v. 1, pp. 14 – 32, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BENINCÁ, Dirceu. *Reciclando a (des)ordem do Progresso. ARCAN: uma alternativa sócio-ambiental*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. 3 ed. 6ª impressão, São Paulo: Ática. 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, p.51-62, jan./dez. 2007.
- BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, São Paulo, may/aug. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200009>>. Acesso em: 13 nov. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- ESPEIORIN, Vagner. A nova cara do imigrante. *Revista UCS*. Maio 2014, ano 2, n. 11. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-11a-edicao/senegal-a-nova-cara-do-imigrante/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- FLORVIL, Tiffany. Traçando rotas e comunidades da diáspora africana. *Afro-Ásia*, n. 46, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0002-05912012000200008>>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- \_\_\_\_\_. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.
- GÓMEZ, José Antonio Caride. Elogio de la Pedagogía Social: acerca de los nuevos y viejos desafíos de la educación social. *Revista Educação Pública*. Cuiabá, v. 18, n. 38, pp. 449-468, set./dez., 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: Opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, pp. 287–324, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009, p. 73-118.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. 15ª reimpressão (2000), São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANÉ, Abdou. A diversidade linguística e políticas organizacionais: o caso dos sistemas educacionais no Senegal e em Moçambique. In: *X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur*. Mar del Plata 8, 9 y 10 de Diciembre de 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/97012/A%20DIVERSIDADE%20LINGU%C3%8DSTICA%20E%20POL%C3%8DTICAS%20ORGANIZACIONAIS%20O%20CASO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 de novembro de 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. (org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, Coimbra, jun. 1997.
- \_\_\_\_\_. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).

- SANTOS, Milton. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SOUMARE, Adama; BONFOND, Olivier. *Senegal: quem paga suas dívidas empobrece*. Carta Maior Internacional, 21/01/2011. Tradução: Katarina Peixoto. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Senegal-quem-paga-suas-dividas-empobrece%0D%0A/6/16316>> Acesso em: 14 nov. 2014.
- STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 243-257, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/ep337>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- TAVARES, Manuel. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.) (2009). Epistemologias do Sul. *Rev. Lusófona de Educação* nº 13, Lisboa, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502009000100012&lng=en&nrm=>](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100012&lng=en&nrm=>)>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 30, nº 1, São Paulo, Jan/June 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982013000100015>>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- \_\_\_\_\_. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 18, n. 2, Passo Fundo, p. 336-355, jul./dez. 2011.
- ZAMBERLAM, Jurandir, et al. *Desafios das migrações – buscando caminhos*. Porto Alegre: Solidus, 2009.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: *Memórias del Seminario Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”*, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

## ANEXOS

## Ofício ao Diretor do IFRS – Erechim

Erechim, 07 de novembro de 2014.

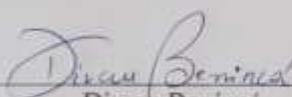
Ilm° Sr.  
Prof. Eduardo Angonesi Predebon  
Diretor Geral do IFRS  
Erechim - RS

**Assunto: Ingresso de Senegaleses**

1. Nos últimos anos, tem sido considerável o número de senegaleses que vieram ao Brasil em busca de trabalho para garantir sua sustentabilidade e de seus familiares que permanecem no país de origem. A região Norte do Rio Grande do Sul é um dos alvos dessa migração, sendo que em Erechim já existe um número expressivo de migrantes.
2. Diante disso, a acadêmica Vânia Aguiar Pinheiro, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim optou por realizar seu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre esse tema, sob minha orientação. No trabalho de pesquisa identificamos várias demandas dos migrantes, entre as quais a que se refere ao ingresso para o ensino superior.
3. Na condição de Coordenador Administrativo da UFFS – Campus Erechim, acompanhei o processo diferenciado realizado para o ingresso de haitianos na Universidade Federal da Fronteira Sul. Cremos que o mesmo possa ser feito junto ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul a fim de viabilizar o ingresso de senegaleses, porquanto sabemos todos da importância da formação humana e da capacitação profissional nos dias atuais, seja para brasileiros ou estrangeiros que aqui vivem e trabalham.

4. Em um primeiro momento, identificamos uma candidata que demonstrou forte interesse em realizar curso de Engenharia de Alimentos. Trata-se de Adama Sall, que já concluiu o ensino médio, conforme certificado anexo.
5. Solicitamos, pois, seja analisado esse caso e o de outros que eventualmente adiante surgirão, a fim de garantir as condições da possibilidade de ingresso e permanência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Erechim.
6. Na certeza de vossa compreensão e empenho no encaminhamento dessa questão agradecemos. Permanecemos à disposição para o diálogo e outras informações que forem necessárias.

Atenciosamente.



---

Dirceu Benincá

Prof. e Pós-doutorando em Educação  
(54) 9241-6226

## Certificado de conclusão de estudos médios



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**NEIVA SUZANA FRANCISCATTO GUERRA**  
 TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL - IDIOMA FRANCÊS  
 JUCERGS - MATRÍCULA 259 - CPF 271 312 030 68  
 Rua Cândido Costa, nº 184/901 - BENTO GONÇALVES - RS  
 E-mail: neiva@italnet.com.br  
 TRADUÇÃO Nº 0044/0009/2014

Eu, abaixo assinada, **NEIVA SUZANA FRANCISCATTO GUERRA**, Tradutora Pública e Intérprete Comercial, nomeada pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, habilitada para as traduções do Idioma Francês, no uso das prerrogativas estabelecidas no Código Comercial da República Federativa do Brasil e na Legislação vigente, **CERTIFICO QUE** na presente data, vinte e seis de agosto de dois mil e quatorze, foi-me apresentado um **CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE ESTUDOS MÉDIOS**, senegalês, exarado em língua francesa, para ser traduzido para o vernáculo, o que cumpro em razão do meu ofício na forma que se segue:-----

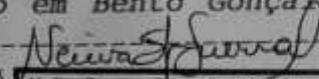
" BFEM - **REPÚBLICA DO SENEGAL**. Um Povo - Um Objetivo - Uma Lei. Ministério da Educação Nacional. Nº do registro de controle do ano: 08-0651. **CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE ESTUDOS MÉDIOS**.-----

O Ministro da Educação Nacional-----  
 Tendo em vista a Constituição;-----  
 Tendo em vista o decreto nº 84-990 de 11 de Setembro de 1984 relativo à criação e organização do exame do Certificado de Conclusão de Estudos Médios (B.F.E.M) modificado pelo decreto nº 90-1464 de 28 de Dezembro de 1990;-----  
 Tendo em vista a ata na data de 21-07-1998 da comissão de exame do Centro de Lycée Lamine Gueye (sessão) de 1998 expediu o **CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE ESTUDOS MÉDIOS** a Srta. **ADAMA SALL** nascida em 28 de Janeiro de 1979 em Brasília.-----

Feito em Dakar dia 23 de Julho de 1998. Assinatura do titular: [Nada consta]. [Carimbo retangular, de cor azul, contendo:] Pelo ministro da educação nacional do ensino técnico e da formação profissional ou pela delegação o chefe da divisão dos exames MOUSSÉ NAROU MBENGUE. [Sobre esse carimbo assinatura ilegível]. "-----

Nada mais constava no documento que me foi apresentado, que devolvo com esta tradução, por mim conferida, a qual,

Neiva Suzana Franciscatto Guerra  
 Tradutora Pública e  
 Intérprete Comercial  
 JUCERGS - Matrícula-259

achada conforme, assino em Bento Gonçalves, RS, em 25 de agosto de 2014. Dou fé. 

Emolumentos: R\$35,00.

Neiva Suzana Franciscatto Guerra  
Tradutora Pública e  
Intérprete Comercial  
JUCERGS - Matrícula 259



REPUBLIQUE DU SENEGAL  
Un Peuple - Un but - Une Foi

MINISTRE  
DE L'EDUCATION NATIONALE  
N° 08 - 0651  
du registre du contrôle de l'année

# BREVET DE FIN D'ETUDES MOYENNES

LE MINISTRE DE L'EDUCATION NATIONALE

Vu la Constitution,

Vu le décret n° 84-990 du 11 Septembre 1984 portant création et organisation de l'examen du Brevet de Fin d'Etudes Moyennes (B.F.E.M) modifié par le décret n° 90-1464 du 28 Décembre 1990

Vu le procès verbal en date du 21.07.1998 de la commission d'examen du Centre de *Glycine Lamine GUEYE* (session) de 19. 98

délivre le BREVET DE FIN D'ETUDES MOYENNES (BFEM)

à Mlle *Adama SALL*  
né (e) *28 Janvier 1979* à *Brasilia*  
Fait à Dakar, le *03-Juillet-1998*

Signature du titulaire

*Moussa Narou MBENGUE*  
LE MINISTRE DE L'EDUCATION NATIONALE  
LE CENTRE D'ETUDES MOYENNES  
LE CENTRE D'ETUDES MOYENNES  
LE CENTRE D'ETUDES MOYENNES  
LE CENTRE D'ETUDES MOYENNES  
LE CENTRE D'ETUDES MOYENNES

RÉPUBLIQUE DU SENEGAL  
UN PEUPLE - UN BUT - UNE FOI

UNIVERSITÉ CHEIKH ANTA DIOP  
DE DAKAR

OFFICE DU BACCALAUREAT

## ATTESTATION PROVISOIRE

N° 0107821

49738

Le Directeur de l'Office du baccalauréat, soussigné certifie que:

**Mademoiselle Adama SALL**

Née le 28 Janvier 1979 à Brasilia (BRÉSIL)

a obtenu le certificat d'aptitude au grade de

**BACHELIER DE L'ENSEIGNEMENT DU SECOND DEGRE**

**SERIE S2 : SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE**

**SESSION NORMALE - ANNEE 2002**

**Le 18 Juillet 2002**

Centre de **DAKAR**

Jury N° **716**

avec la mention **PASSABLE**

Fait à Dakar Le 07 Août 2002



Babou DIAHAM

N°8042179

Cachez vos  
obligations

**TRES IMPORTANT:** La présente attestation est provisoire et valable pour une période de deux ans au plus. Un après la date portée ci-dessus le titulaire devra accomplir auprès de l'Office du baccalauréat les démarches nécessaires en vue de l'établissement du diplôme définitif, qui ne sera délivré qu'à l'impétrant (e) en personne, contre remise de la présente attestation provisoire et éventuellement paiement des frais d'envoi.  
**En outre cas,** il ne peut être délivré de duplicata ni de l'attestation ni du diplôme. Il est recommandé de faire établir de l'un comme de l'autre des copies ou photocopies qui doivent être certifiées conforme à l'original par le Maire ou par le Commissariat de Police.



SALL- 1HYGC2-128791 - 6YGC61 - 023661 - CLE:49738 /102716

## Atestado provisório para acesso ao ensino superior



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**NEIVA SUZANA FRANCISCATTO GUERRA**  
 TRADUTORA PÚBLICA E INTÉRPRETE COMERCIAL - IDIOMA FRANCÊS  
 JUCERGS - MATRÍCULA 259 - CPF 271 312 030 68  
 Rua Cândido Costa, nº 184/901 - BENTO GONÇALVES - RS  
 E-mail: neiva@italnet.com.br  
 TRADUÇÃO Nº 0045/0010/2014

Eu, abaixo assinada, **NEIVA SUZANA FRANCISCATTO GUERRA**, Tradutora Pública e Intérprete Comercial, nomeada pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, habilitada para as traduções do Idioma Francês, no uso das prerrogativas estabelecidas no Código Comercial da República Federativa do Brasil e na Legislação vigente, **CERTIFICO QUE** na presente data, vinte e seis de agosto de dois mil e quatorze, foi-me apresentado um **ATESTADO PROVISÓRIO**, senegalês, exarado em língua francesa, para ser traduzido para o vernáculo, o que cumpro em razão do meu ofício na forma que se segue: -----

**REPÚBLICA DO SENEGAL.** Um Povo - Um Objetivo - Uma Lei.  
**UNIVERSIDADE CHEIKH ANTA DIOP DE DAKAR. SECRETARIA DO "BACCALAURÉAT"** [N.T.: Na França, "Baccalauréat" é o exame nacional para obter o diploma do Sistema de Educação Francês com as particularidades de sancionar o final dos estudos secundários e de dar acesso ao ensino superior; no Brasil, corresponde ao Vestibular]. **ATESTADO PROVISÓRIO.** Nº 0107821. 49738.-----

O Diretor da Secretaria do "Baccalauréat", abaixo assinado, certifica que: Senhorita **ADAMA SALL**, nascida no dia 28 de Janeiro de 1979 em Brasília (Brasil), obteve o **Certificado de Aptidão no EXAME DE INGRESSO PARA A UNIVERSIDADE NO FINAL DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU SÉRIE S2: CIENTÍFICO ET TÉCNICO - SESSÃO NORMAL - ANO 2002.** Em 18 de Julho de 2002. Centro de Dakar. Júri Nº 716. Com a menção: **SATISFATÓRIO.** Feito em Dakar, 07 de agosto de 2002. [Assinatura ilegível] "Babou DIAHAM". [Carimbo circular vermelho contendo:] "U.C.A.D. de Dakar - Secretaria do Bac - O Diretor".-----

[Na vertical, ao lado do carimbo seco:] Nº 8042179.  
 Carimbo seco obrigatório.-----

**MUITO IMPORTANTE:** O presente atestado é provisório e válido por um período de dois anos no máximo. Após a data acima, o titular deverá efetuar junto à Secretaria do "Baccalauréat" as medidas necessárias para a obtenção do

Neiva Suzana Franciscatto Guerra  
 Tradutora Pública e  
 Intérprete Comercial  
 JUCERGS - Matrícula 259

diploma definitivo, que será entregue para o impetrante em pessoa, contra a entrega do presente atestado provisório e eventualmente pagamento de despesas de envio. Não pode ser emitida segunda via do atestado nem do diploma. Recomenda-se fazer cópias ou fotocópias do atestado e do diploma e autenticá-las conforme o original na Prefeitura ou no Comissariado de Polícia.-----

[Código de barras]. SALL - 1HYGC2-128791 - 6YGC61 - 023661  
- CLE: 49738/102716."-----

Nada mais constava no documento que me foi apresentado, que devolvo com esta tradução, por mim conferida, a qual, achada conforme, assino em Bento Gonçalves, RS, em 26 de agosto de 2014. Dou fé. *Neiva Suzana*

Emolumentos: R\$80,36.

Neiva Suzana Franciscatto Guerra  
Tradutora Pública e  
Intérprete Comercial  
JUCERGS - Matrícula 259